

EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano II • 6 a 12 de Setembro de 1979 • nº 80 • Cr\$ 20,00



O Brasil após a anistia restrita:

Esquerda surge da clandestinidade

Págs. 5 e 6

**PRESTES, MARIGHELLA, MARIO ALVES, JOVER TELLES
O GOLPE DE 64 E A CRISE DO PC**

Contribuição à História da Esquerda Brasileira

Págs. 12 e 13

METALÚRGICAS, O I CONGRESSO

Pág. 8

DENUNCIADA TORTURA EM ISRAEL

Pág. 14

A propaganda é a alma do negócio diz o ditado, e o chamado grupo palaciano sabe disso, tanto que até criou a Secretaria de Comunicação Social da Presidência para vender uma imagem mais positiva do governo e de seus "feitos". Aliás, essa idéia não é nada original, já tendo sido praticada na Alemanha nazista com a criação do serviço de propaganda sob a chefia de Goebbels, e, aqui no Brasil, pela ditadura Vargas com o DIP, para ficarmos nos casos mais próximos.

A sombra da SECOM vão tomando corpo as empresas especializadas em pesquisas de opinião pública como o IBOPE e GALLUP, que nos últimos tempos tem trocado os índices de audiência dos programas de TV pela tarefa de descobrir a popularidade dos políticos caboclos.

Na semana passada o General Figueiredo aparecia como o líder político mais popular do país quando comparado com outros dezenove expoentes da vida pública brasileira, segundo pesquisa do IBOPE realizada com mil e quinhentos entrevistados em cinco capitais, sem que nenhuma das publicações que divulgam os resultados (seja a imprensa tradicional, seja a imprensa progressista) se dessem ao trabalho de checar os critérios da pesquisa. Afinal, aonde foram recrutados os entrevistados? Nos quartéis? Na classe média alta? Na missa de domingo na Catedral de Brasília ou entre os trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte?

Mesmo que conscienciosa essa pesquisa permite várias conclusões que não exatamente a de que o General Figueiredo vem se tornando um líder popular, como quer fazer crer a SECON, e sim de que os outros líderes comparados (como Montoro, Jânio Quadros, Setúbal, Lula, Quercia, Maluf, Ulysses Guimarães e outros ainda menos cotados) tem decepcionado os fãs e eleitores.

Uma coisa é certa: o país vai mal de lideranças oposicionistas. No mínimo nesse aspecto os 15 anos de ditadura cumpriram o seu objetivo. (GM)

A luta pela anistia continua até a vitória

independência coisa nenhuma

Divino (ai, como ele é lindo...) em cima do seu fogoso corcel, Tarcísio Meira (epa, epa) digo, o príncipe D. Pedro lê as cartas da d. Leopoldina e seus ministros às margens plácidas do Ipiranga. Raiva, ódio, vontade de matar. De repente, a decisão. Tarcísio arranca os laços de seda com as cores de Portugal do chapéu e anuncia que estava tudo acabado entre ele e Lisboa. Desembainha a espada e grita: "Independência ou Morte". Sentindo, talvez que seriam personagens 150 anos depois, de uma obra cinematográfica que viraria propaganda do governo, os guardas aderem ao gesto, sacando também as espadas.

Mas, como já dizia o velho José Maria Alkmin, em política, o fato é uma coisa, a versão pode ser outra. E, frequentemente, a versão acaba sendo o fato. Segundo alguns sociólogos de renome,

isso ocorre, frequentemente, em países tropicais.

Estudioso de história, o escritor Paulo Setúbal apresenta, no seu livro "Nos bastidores da história", alguns depoimentos preciosos sobre o que realmente andou ocorrendo às margens do Ipiranga no dia 7.

Para começar, o príncipe não montava um fogoso corcel. Diz o padre Belchior Pinheiro, que o acompanhava e era tio de José Bonifácio (o Patriarca, não o Zézinho Bonifácio, de Barbacena) que D. Pedro montava uma "bela besta baia". E Manoel Marcondes de Oliveira e Mello, que seria o barão de Pindamonhangaba, em seu depoimento diz que "o príncipe ia vestido com a fardeta da polícia e, se a memória não nos é infiel, cremos que cavalgava uma besta baia gateada". Setúbal, que nunca foi uma vivandei-

ra impenitente e muito menos um eterno descontente — é até pai do ex-prefeito Olavo Setúbal — revela também que as cartas revelando as ameaças que pesavam sobre o Brasil encontraram D. Pedro numa situação meio constrangedora.

Está lá na página 185 do livro: "D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou-os, deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois, abotoando-se e compondo a fardeta (pois vinha de quebrar o corpo à margem do riacho Ypiranga, agoniado por uma dysenteria), virou-se para mim e disse:

— E agora, padre Belchior?"

O padre revela que o príncipe caminhou em silêncio, acompanhado por ele e pelos portadores das cartas. De repente, estacou e anunciou sua intenção: "Nada mais quero do governo português e proclamo para sempre o Brasil separado de Portugal". O tenente Canto e Mello foi despachado para anunciar à guarda que se achava mais adiante, as intenções de D. Pedro.

O resto se passaria mais ou menos como sabemos. Ainda naquela noite, haveria um concerto em São Paulo, onde o príncipe conheceria uma encantadora jovem que se chamava Domitila de Castro Canto e Mello. Seria a futura marquesa de Santos e tema para mais um livro histórico de Paulo Setúbal. Haveria violentos combates na Bahia e Pará. Mas a independência seria, finalmente, reconhecida por Portugal. Graças aos bons entendimentos promovidos pela diplomacia britânica.

O Brasil pagou uma vultosa indenização a Lisboa — 6 milhões de libras, emprestadas por bancos ingleses. O Rio e Portugal ficaram numa boa, bons amigos. E, com esse empréstimo, estava inaugurada a dívida externa brasileira. (Angel Morales)

ironias das estrelas

Na última quinta-feira, várias empresas de material bélico faziam uma exibição para o Exército, na presença dos governadores Paulo Maluf e Juares Távora, onde entre tanques de até 57 toneladas, jipes-canhão, foi apresentado um poderoso lança-chamas-gases- napalm, cujo jato de fogo pode alcançar até 30 metros.

Enquanto isso o general Valter Pires, Ministro do Exército, declarava, comentando a abertura, que "ninguém incendiaria este país". Ironia... O general está querendo lança-chamas para quê? Mas o homem das estrelas foi mais longe e respondeu enraivecido aos repórteres que o entrevistaram que "os jornais estão altamente infiltrados". Esse general não deve ter percebido que o país inteiro está completamente infiltrado de dezenas de milhões de trabalhadores que já cansaram de ser explorados e estão pouco se ligando para generais raivosos.

Mas nem só de hidrofobia se fazem generais. O novo comandante do II Exército general Milton Tavares chegou em ritmo de abertura, dizendo na semana passada que "quando se fez a Revolução, ninguém tinha em mente estabelecer ad-eternum uma ditadura permanente". O general só está meio esquecidinho, afinal vários de seus colegas de estrelato já declararam que "esse regime veio para ficar até o ano 2000". Disse mais: "A greve é um direito que assiste aos trabalhadores". Só que, é claro, completou que "o direito de greve, como o direito de cada um, termina onde começa o direito dos outros". Eu continuo preferindo uma pichação que apareceu em São Paulo, que em vermelho gritava: "A liberdade dos outros amplia a minha ao infinito". (Sérgio Allii)

★ ★ ★ ★



delfim boy imita o mestre

O sr. Afonso Celso Pastore, secretário da Fazenda do estado de São Paulo, é um exemplo típico do que costumam rotular por aí de "incendiário na juventude, bombeiro na velhice". Uma velhice precoce, pois o secretário não é tão velho assim, mas para ocupar o posto que tem, como discípulo de Delfim Netto e ajudante do Maluf, só mesmo abandonando qualquer arroubo juvenil de caráter ou coisa do gênero.

Pois é, o sr. Pastore — quando estudante — foi um defensor da Petrobrás e hoje (e podia ser diferente?) é mais chegado a uma abertura de pernas, digo, de portas às multinacionais

do petróleo. Suas declarações entregues foram feitas num almoço que lhe foi oferecido pelo Ibef — Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros), o que calhou muito bem, pois quem é que mais vem teorizando (e praticando) a execução (no sentido de aniquilação mesmo) da economia e das instituições brasileiras se não os tecnocratas das finanças e seus aliados fardados?

Mas, a conclusão é que o sr. Pastore está cada vez mais, igual ao Delfim Netto, seu mestre e exemplo. Azar de São Paulo, azar do povo paulista.

(Rezende Valadares Netto)

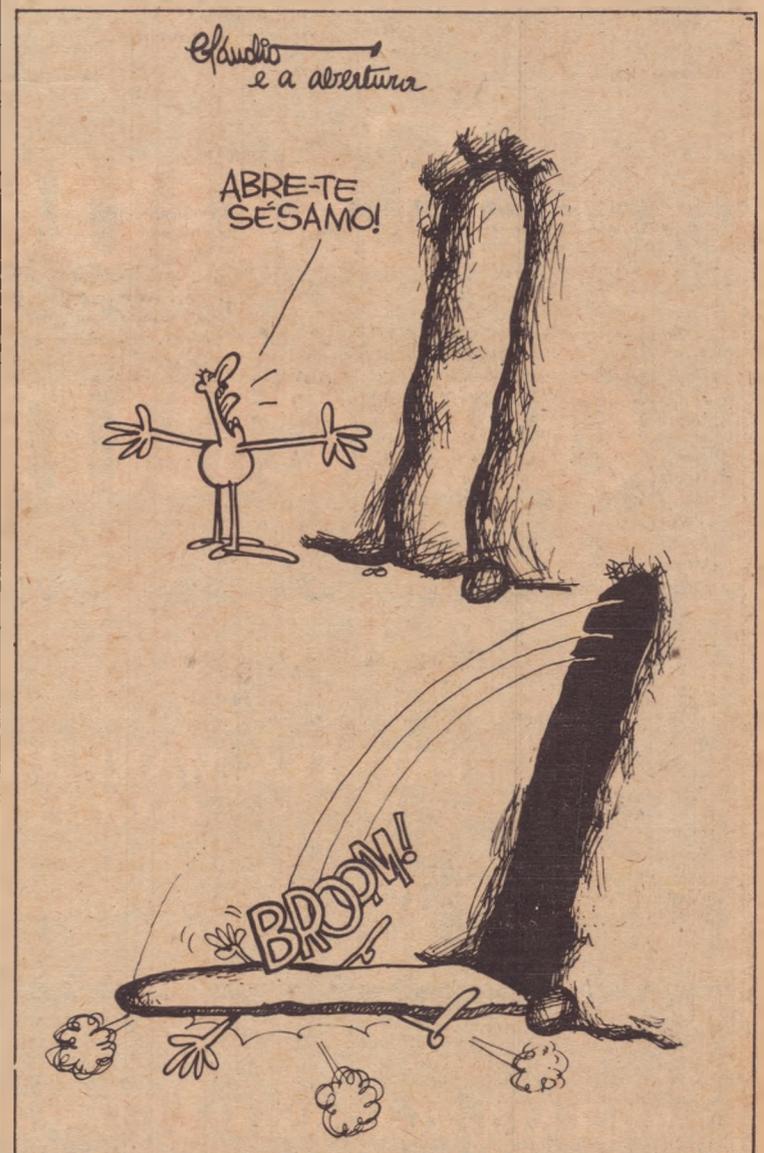
enigma global

Lamentável — não há outro termo para definir — o último episódio de Plantão de Polícia, que a Rede Globo apresentou sexta-feira última, à noite. Desta vez, com "O Enigma da Pensão do Reno", de Doc Comparato, a Globo perde mais uma excelente oportunidade de ficar calada. Tendo como temática a questão dos oficiais nazistas escondidos nas plagas sul-americanas, o espectador levou desta vez um banho de clichês, de convencionalidades e de ausência total de qualquer sutileza no tratamento da trama.

Maurice Vaneau fazendo "Herr Smith" — o amiguinho do ex-SS —, a custo conseguia conter suas sucessivas crises histéricas diante do vídeo; seu histrionismo só conseguiu ser superado pelo pieguismo da cena final, quando o personagem caçador de nazistas —

versão terceiro mundista de Simon Wiesenthal — Sr Keller, explica as razões de seu ato persecutório (aliás não tão difícil de ser adivinhado). As soluções óbvias encontradas, de um mau-gosto patético — imaginem o ex-SS perseguido, electrocutando o seu coleguinha — cumplice numa banheira diante das câmeras (!!) — só ganharam dos diálogos em alemão (!) (sem legenda, claro), nos momentos decisivos do episódio (o que, de resto, não tornou mais "enigmático" o policial tupiniquim).

Nem a dupla Hugo Carvana/Paulo Porto, atores de primeira linha de nosso cinema, conseguiu salvar "O Enigma". Perto dele até o Holocausto — que Deus nos livre e guarde, vira obra-prima. (Sonia Goldfeder)



a credibilidade dos porões do governo

Parecia que eu tinha lido errado ou então os jornais inventaram notícias por conta própria, mas não: li e reli a nota oficial do Palácio do Planalto que "justificava" o sigilo sobre partes do acordo nuclear Brasil-Alemanha. Diz a tal nota que é para "preservar a credibilidade do Brasil, diante das pressões e interesses econômicos e políticos diferentes dos nossos".

Ora, se para preservar a credibilidade do Brasil é preciso esconder certos

aspectos do acordo, é sinal que essa parte que tem que ser omitida é meio perigosa para a tal credibilidade, ou seja, tem safadeza no meio. Realmente, a parte sigilosa do acordo nuclear, que põe a Nuclebrás, uma empresa pretensamente estatal, sob o controle da Kraftwerke Union, não se presta a dar muito crédito ao governo. No máximo ela pode indicar a os tais "interesses econômicos e políticos estrangeiros" que pela vontade do governo este país está a venda. Pechinche. (RVN)

medalha shibata para legistas

Não são só os CODI-DOI e órgãos de repressão política da Polícia Federal que permanecem com seus aparelhos de investigação e tortura intocados. As delegacias de polícia também mantêm suas salas de tortura e continuam "esclarecendo crimes" na base da violência.

Depois de constatado que Aézio não se suicidou mas foi assassinado por policiais da 16ª Delegacia de Polícia, a população do Rio toma conhecimento de mais um caso de violência. Hélio Rodrigues da Silva e três outros presos detidos em outubro do ano passado na 31ª DP (em Ricardo de Albuquerque, nos limites do município do Rio com a Baixada Fluminense) denunciaram ao juiz Alvaro Mayrink, da 7ª Vara Criminal, que foram torturados por seus carcereiros, três policiais, e por um homem que foi identificado por outros presos como o delegado Arnaldo Campana, da Delegacia de Homicídios.

Em dezembro do ano passado, quando já estava preso há 2 meses, portanto, o preso Hélio Rodrigues denunciou, durante uma audiência na 7ª Vara, as violências que vinha sofrendo. O juiz mandou que ele tirasse a camisa e constatou, além de picadas de agulha nas veias (ele e os outros três são viciados em cocaína) marcas de violência nas costas. Mandou então o juiz que os presos fossem transferidos da 31ª DP para o Hospital Psiquiátrico do sistema penitenciário e que fosse feito em Hélio exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal.

vai faltar cadeia

Se a justiça brasileira for mesmo independente do poder Executivo, pode acontecer um fato inédito em São Paulo: uma mulher na cadeia e seu marido no palácio do governo.

Trata-se da ainda pendente história da S.A. Fiação e Tecelagem Lutfalla, que conseguiu 616 milhões de cruzelros (e não 350 como havia sido anunciado antes) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e de reserva do Tesouro Nacional, com autorização do Conselho Monetário Nacional. Esteve envolvido diretamente na operação o ex-ministro Reis Velloso, que autorizou o "empréstimo" à empresa que estava cheia de irregularidades.

caciques demais e índios de menos

Vai ser um imenso partidão (6 Preses, andam querendo se apossar do apelido do teu glorioso PC), devidamente chamado de Arenão. Não, não vai ser nada disso. Vai haver também um partido independente. Não, quem entrar no PI será tratado como inimigo. O clube dos contemplados vai ser mesmo o Arenão.

O Roberto Santos não fica no mesmo partido do Antonio Carlos Magalhães. O ministro Cesar Cals não vai ficar feliz tendo que dividir seu feudo cearense com o governador Virgílio Távora. E, em São Paulo, os arenistas mais envergonhados já avisaram: não ficam junto com o governador Maluf. Só no Estado do Rio e Chagas Freitas mandou dizer que adere ao que o governo quiser. Também, está tran-

O resultado deste exame, no entanto, foi surpreendente. Apesar de visíveis as marcas em todo o corpo de Hélio, os médicos legistas atestaram "ausência de lesão corporal ou vestígio da mesma". Ou seja, Hélio estava jóia, era tudo invenção do juiz e por aí fora.

Revoltado com o laudo do IML, o juiz Alvaro Mayrink colheu dados suficientes para incriminar os legistas por prevaricação e encoberto de violências. Os policiais que praticaram as torturas também estão na mira do juiz.

Alvaro Mayrink confessou que está disposto a levar o caso às últimas consequências e que está particularmente feliz por colocar, pela primeira vez, as mãos em um laudo falso do IML. Estes laudos — como no caso de Aézio — são cada vez mais frequentes e objetivam, sempre, acobertar os desmandos da polícia. No caso de Cláudia Lessin Rodrigues também ficara constatada a falsificação de dados.

No Rio, já existe um movimento que visa premiar os legistas envolvidos com os casos Aézio e Hélio Rodrigues com medalha Harry Shibata por serviços prestados à violência e à arbitrariedade. Shibata, como todos se recordam, foi o legista que assinou o laudo de exame cadavérico de jornalista Vladimir Herzog garantindo que seu assassinato foi um suicídio. Por serviços prestados, Shibata ganhou Medalha de Pacificador do Exército.

(Marcelo Beraba)

O negócio é meio complexo, mas o resumo é que podem ir em cana os diretores da Lutfalla, entre os quais se inclui a srª Sílvia Lutfalla Maluf, mulher do governador. As acusações são de crimes "longamente premeditados" de estelionato, enriquecimento ilícito, sonegação fiscal, apropriação indébita, desfalques e outros baratos.

Vamos ver até que ponto a Justiça é cega, né? Se ela começar a funcionar nesses casos, vão ter que construir muita cadeia, ou então soltar os pequenos ladrões que estão dentro das que já existem, porque aqui fora está cheio de maiores mercedores que eles de um xilindrô.

(Rezende.Valadares Netto)

quilo: não vai dividir nada com ninguém.

Assim, em ritmo de "se correr o bicho pega, se ficar o bicho come", continua o debate dentro do partido sobre a criação dos novos partidos.

O Partido Independente parece ter caciques demais e índios de menos. Magalhães Pinto, Setubal, Egydio e Tancredo (este também com um olho gordo no PTB) se dizem seus chefes. Tem tanto chefe que o fiel escudeiro de Setubal, Cláudio Lembo, anunciou que compareceria ao desembarque de Leonel Brizola em Assunção. E explicou: até agora, não foi convidado para ingressar no tal partido independente que, dizem, será radical de centro.

(Angel Morales).

cortando as asas dos banqueiros?

Na última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) consumou-se o que já estava anunciado desde a queda de Simonsen da pasta do planejamento: a redução em 10% das taxas de juros dos empréstimos financeiros. Será que a nova dobradinha Delfim Rischbieter resolveu botar pra quebrar com os banqueiros? Ou trata-se de uma medida moralizadora, de efeito atenuado junto a um dos setores cujos lucros tem sido pouco arranhados pelos problemas que vem afetando a economia brasileira desde 1974?

Sem dúvida, uma coisa é certa: os banqueiros tem feito ouvidos de mercador aos apelos governamentais para manerar as taxas de juros, e têm lucrado até mais do que no período do "milagre", com taxas de até 100% nos anos mais recentes. Aliás, não se pode acusar o min. Delfim Neto de atuar contra os bancos, pois foi ele o grande patrocinador da concentração bancária ocorrida desde o final da década passada, que resultou na redução das cerca de duzentas instituições bancárias em pouco mais de duas dezenas de grandes bancos.

Atualmente, trata-se de adequar os fabulosos lucros das atividades financeiras à situação de maior austeridade deste ciclo descendente da acumulação com fortes taxas inflacionárias; situação esta seguramente menos drástica

do que querem deixar transparecer os porta vozes oficiais do governo quando se referem à "crise" — para convencer aos grosso da população a apertar os cintos — porém digna de certos cuidados e reajustes que não aconselha abusos de nenhum dos parceiros do poder.

Se os empresários estão faturando menos, é justo que os banqueiros também ponham a mão no bolso. Diante da dificuldade de se por em prática a velha fórmula de achatamento dos salários — em face da capacidade de mobilização da população e da nova estratégia de poder das classes dominantes — os "príncipes" da política econômica brasileira adotam a estratégia de moderar os abusos, cortando um pouco as asas dos banqueiros.

Note-se o caráter brando da redução dos juros, que não deverá afetar em mais de uns 4 a 5% a rentabilidade dos banqueiros; perda essa que pode ser compensada pela elevação da "reciprocidade" exigida aos clientes, como o aumento do saldo médio, maiores taxas de serviços e outros expedientes bastante conhecidos. Apesar das promessas governamentais de maior fiscalização nessa área, é quase impossível controlar a exigência de, por exemplo, um maior saldo médio para a concessão de um empréstimo, uma vez a aprovação ou não é baseada exclusivamente na "confiança" que o banco tem sobre o

cliente. Assim, os bancos podem ter uma crise súbita de confiança nos seus clientes e emprestar apenas 3 vezes o seu saldo médio, ao invés de 4 vezes, por exemplo, o que implica em cobrar juros sobre o dinheiro do cliente.

Nos últimos tempos, tem havido reclamações do setor industrial em relação aos altos juros bancários, evidenciando-se não um conflito aberto, pelo menos uma certa discrepância entre a indústria e os bancos, que não costuma ocorrer nos países capitalistas mais avançados. Curiosamente os lucros dos bancos brasileiros tem sido mais elevados que os de seus colegas norte americanos. Não seguramente porque estes sejam mais bonzinhos, mas porque nos EUA o capitalismo já realizou o casamento entre indústria e bancos, formando o que Hilferding chamou de capital financeiro.

No Brasil ainda predomina a separação de atividades, abrindo a possibilidade de atritos durante os apertos; brigas intestinas eliminadas com a conglomeração financeira que facilitaria o melhor remanejamento dos recursos de um setor para outro.

Um dos próximos passos do capitalismo brasileiro poderá ser o estágio financeiro e um grau mais elevado de concentração, plano que se torna mais factível com a volta em cena do ministro Delfim Neto.

(Guido Mantega)

jogo sujo

O governo brasileiro está mostrando que, em matéria de combate a certos "crimes", ele tem um método muito particular: em vez de fazer e acontecer, ele prefere eliminar os contraventores concorrendo com eles. Assim, depois da loteria esportiva, vem aí o "loto", jogo sujo para acabar com o jogo do bicho e — se pegar a proposta da Embratur e do Ministério da Indústria e do Comércio — o próprio governo vai também institucionalizar o chamado "mercado negro" do dólar, vendendo ele mesmo o dólar aos turistas brasileiros que quiserem viajar para o exterior, com 20% de acréscimo quando a vítima quiser até 1.500 dólares, e 30% se ela quiser entre essa importância e 3.500 dólares.

Em resumo, em vez de combater os que sugam a economia popular, o governo está mais a fim de ele mesmo sugar essa grana toda. Trouxas somos nós.

(MBS)

ELA É BRASILEIRA. ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO BRASILEIRO E CADA UM DE NÓS É RESPONSÁVEL.

LIBERDADE PARA FLÁVIA



Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia

identifique o figueiredo

Um sócio do general Figueiredo apareceu num teatro do Rio de Janeiro e pôs para dentro um monte de gente, além de dar autógrafos e falar algumas besteiras, para dar maior autenticidade. Portanto, se algum dia você encontrar um Figueiredo na rua, não saberá se é o falso ou o verdadeiro (?). Por isso, vamos lançar a campanha «identifique o Figueiredo». Pedimos, então, sugestões aos leitores sobre o melhor método de identificação do presidente. A sugestão de dar um chute na canela dele já foi dada (se lhe cair em cima um bando de guardas-costas, é o legítimo) e não vale. Cartas para a redação. (RVN)

os monopólios mamando

Milhares de famílias de pequenos agricultores por todo o Brasil estão sendo expulsas de suas terras pela construção das faraônicas usinas hidrelétricas. O preço que o Governo tem pago como indenização pelas terras expropriadas, na maior parte dos casos, é insuficiente para que o pequeno lavrador se reinstale num lugar próximo ao que morava, em condições mais ou menos semelhantes às que possuía. Além disso, o Governo se recusa a reconhecer os direitos de muitos posseiros e não tem poupado o uso da violência para desalojá-los à força, como ocorreu ainda este ano em Tucuruí, no Estado do Pará.

Segundo o Governo, não há dinheiro para pagar aquilo que é devido aos pequenos agricultores. Duas medidas governamentais recentes, no entanto, demonstram que isso não passa de uma deslavada mentira: se para os pequenos lavradores não há dinheiro, é porque o Governo está usando os fundos públicos para encher os bolsos dos grandes capitalistas. Senão vejamos:

1) Itaipu, de pai para filho — toda empresa que fornecer produtos para a construção da Binacional Itaipu vai ganhar, a partir desta semana, um presente do Governo: ela deixará de pagar 10% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esta dedução poderá subir a 20%, segundo decreto assinado no último dia 3 pelo General Figueiredo por sugestão de seu ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter. A usina de Itaipu fica, como todos sabem no Estado do Paraná. E é o ministro Rischbieter (ligado

ao governador Ney Braga) que vai regulamentar a medida.

Ora, 10% ou 20% do IPI das firmas que fornecem para Itaipu não é nenhuma ninharia. Só que o espírito público do general Figueiredo faz com que ele prefira beneficiar os amigos de Rischbieter e não os 40 mil pequenos agricultores que estão sendo expulsos de suas terras.

2) Tucuruí, de matriz para filial — o caso com a usina de Tucuruí, por outro caminho, chega ao mesmo objetivo: criar todas as condições para ampliar os lucros dos grandes monopólios. Segundo um decreto do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) a Eletronorte — responsável por Tucuruí — está autorizada a reduzir 15% das tarifas de quem produzir alumínio. Como se não bastasse, estes bravos empresários não pagarão pela energia elétrica consumida na produção do alumínio mais do que 20% do preço cobrado no mercado internacional pelo fornecimento de eletricidade. Acontece que, no caso, os "bravos empresários" se reduzem atualmente a uma empresa só: a Albrás formada pela associação da Vale do Rio Doce com capitais japoneses. Na realidade, essa medida é um subsídio direto e inequívoco do governo brasileiro aos capitais japoneses presentes na produção de alumínio, segundo mostra José Carlos Thomé, em matéria publicada na Gazeta Mercantil do dia 29 de agosto. Conclusão: grandes obras, grandes mamatas!

(Eduardo Abramovay)

altino dantas

Um programa que defenda os interesses dos trabalhadores

O socialismo tenta se organizar, em nosso país, desde o início do século. O surgimento, em 1945, da esquerda Democrática como irmã da UDN nada tem a ver com as antigas experiências socialistas havidas no país, a não ser talvez a inspiração da mudança de seu nome para Partido Socialista Brasileiro - PSB e a presença neste novo partido de alguns antigos socialistas, entre os quais destacamos a maravilhosa figura de Marcelino Serrano.

O programa desse pequeno partido de intelectuais, elaborado em 1945/46, sob o impacto da redemocratização, por elementos de origens bem próximas dos que preferiram a UDN, como não poderia deixar de ser estava bem ao estilo de um programa social-democrata marcado pela necessidade de se diferenciar do Partido Comunista, que naquela mesma época surgia para a legalidade.

O Partido Socialista Brasileiro nunca chegou a se implantar nacionalmente de forma efetiva.

Na década de 50 o PSB de São Paulo foi tomado de assalto pelo "janismo", transformado em mera legenda do carreirismo daquele grupo. Até o final da década os militantes da Juventude Socialista resgataram o partido expulsando de suas fileiras o "janismo" e seus métodos.

A partir de então, particularmente em São Paulo, cria-se uma dicotomia entre o programa social-democrata oficialmente mantido pelo partido e o núcleo efetivamente dirigente que tendia para uma posição mais próxima do socialismo científico e do marxismo.

O «Janismo» assalta o PSB

É exatamente neste período, que vai da expulsão do "janismo" até o golpe militar de 1964, ao qual o PSB sobreviveu até 1965 quando é definitivamente fechado pelo AI-2 da ditadura, que em função da militância desse núcleo se aproximaram do Partido um grande número de operários e militantes sindicais que possibilitou aos socialistas uma participação importante na política sindical de São Paulo.

Neste período o PSB desenvolve um razoável trabalho de proselitismo socialista, que continua mesmo depois do golpe através de sua imprensa que sobrevive na "Folha Socialista" em São Paulo, a qual é, até o fechamento do Partido em 1965, o único jornal de esquerda legal.

Neste período que antecede ao golpe, dois fatos ocorreram com o PSB que entendo merecerem registro. Um sem a menor importância, mas ilustrativo. Outro de certa importância pois poderia ter mudado os rumos do partido.

O primeiro ocorreu por volta de 1963, foi a visita que nos fizeram dois delegados da II Internacional (Um alemão e um Israelense). Foi travado então um diálogo de surdos, e quando aqueles representantes da social-democracia apresentavam suas propostas alguns de nós rimos de suas posições reacionárias, ao que eles apelaram que podíamos ao menos deixar os risos para depois que eles se fossem.

Hoje a distância nos permite ver que eles estavam mais próximos do programa do Partido, nós é que dele nos afastávamos.

O segundo fato, foram as articulações e discussões com uma parcela dos deputados integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista que pretendiam entrar para o Partido. Durante as discussões preliminares surgiu da parte de alguns desses parlamentares a proposta de mudança do nome do Partido, com o que evidentemente não poderíamos concordar, pois o nome era pra nós o maior patrimônio do PSB.

O golpe militar de 1964 interrompeu definitivamente as discussões e o que poderia ter ocorrido caso a FPN (ou parte dela) viesse a integrar o PSB cai para o campo da mera especulação.

Hoje novamente se cogita da formação de um partido que luta pelo socialismo. Tem sido mesmo bastante peso nas discussões de reorganização partidária do país a possibilidade de sua formação.

Sem menosprezar a experiência do velho PSB, a mim se afigura que a dicotomia existente no interior do PSB entre um programa social-democrata e uma militância tendente ao socialismo científico, atualmente se manifesta em duas possibilidades de formação de um partido de caráter socialista. A primeira representaria o programa do PSB, que de socialismo não teria nada a não ser o nome, o qual seria comprometido com o triste papel de escudo do capitalismo, que em última análise é a função dos Partidos da II Internacional.

A segunda representaria a militância de alguns setores do PSB, talvez aprimorada no sentido de uma definição mais clara pelo marxismo.

É necessário termos bem presente, em nossas avaliações, que a ditadura não acabou.

Agora é de busca da unidade de em torno de um programa que coloque claramente a necessidade do fim da ditadura e defenda os interesses dos trabalhadores.



Altino Dantas Júnior, ex-militante do PSB, participou da diretoria da UNE, gestão 1965/66. Atualmente é preso político no Presídio Político do Barro Branco, em São Paulo.

osé ibrahim

O PT tem que ser construído no interior do Movimento social

A questão do Partido dos Trabalhadores, a proposta de organização do PT surge num momento bastante importante da história política brasileira, que é este em que estamos vivendo. O governo lança uma série de medidas dentro de seu projeto de abertura democrática relativa e limitada, ao mesmo tempo em que o movimento popular avança no sentido de abrir mais, de ocupar um espaço maior, de colocar na ordem do dia uma série de reivindicações importantes que estiveram contidas durante todos estes anos.

A articulação do PT se inscreve no quadro da rearticulação partidária apresentando uma questão muito importante, pela primeira vez ao nível da história política brasileira, que é a perspectiva de os trabalhadores, enquanto classe social, construir um instrumento próprio de expressão e intervenção política. Essa questão é fundamental e está tendo uma ressonância e sensibilizando importantes setores dos trabalhadores.

A classe trabalhadora, hoje, já está tendo consciência de que tem que participar da política e de que, sem a sua intervenção, muita coisa se resolve contra os seus interesses. Nesta medida, cada vez mais, percebe a importância da organização de um instrumento político que sirva de canal para a expressão de seus interesses classistas.

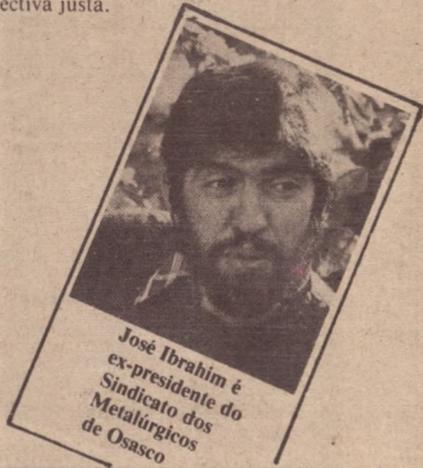
Eu acho que o PT acena no sentido de se transformar no instrumento que os trabalhadores anseiam e estou favorável, por este motivo, à proposta na medida em que a sua estruturação considere os diversos organismos independentes e autônomos dos trabalhadores, que surgiram nestes 15 anos de resistência. Na minha opinião ele tem que ser construído nesta perspectiva, no interior do movimento social.

O PT e a unidade sindical

Um ponto importante e que deve ser levado em conta desde o início, na construção do partido dos trabalhadores, é o da correta relação entre o PT e os organismos de massa, os sindicatos, por exemplo. As entidades de massa não devem ser entendidas como órgãos do partido. O fato, por exemplo, de um dirigente sindical ser militante do PT não deve significar que a entidade deva, obrigatoriamente através da totalidade de seus membros, estar de acordo com o dirigente e muito menos com o seu partido. Devemos ter sempre em conta que no sindicato participam e devem participar trabalhadores filiados às mais diversas correntes político-ideológicas e isto deve ser preservado, o que não quer dizer que não se deva reivindicar que todos os membros da entidade sejam militantes partidários e que o PT desenvolva, dentro do sindicato, a sua política lutando para que ela prevaleça e se estabeleça como hegemônica.

Não compreender isto significa trabalhar contra a independência, autonomia e unidade sindical, significa enfraquecer a classe trabalhadora na medida em que debilita a suas possibilidades de ação unitária. O Partido dos Trabalhadores deve ser um instrumento fortalecedor da unidade sindical e não o contrário.

A partir daí, descendo a discussão até o povoão que até hoje esteve marginalizado da política neste país é o que o PT será construindo numa perspectiva justa.



José Ibrahim é ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco



tarso genro

A unidade a ser buscada não é uma unidade baseada num frentão

A questão da unidade política das oposições não pode ser discutida sem que se estabeleça claramente o que se entende por unidade, de um lado, e de outro, coloque-se os objetivos da mesma. O mesmo em relação à "questão partidária", assim denominada e postura que as esquerdas em geral devem assumir em relação aos partidos políticos que eventualmente venham a existir no plano da legalidade jurídica.

A concepção mais estreita e dogmática de frente é aquela que sustenta a mera unidade geral de todas as oposições para redemocratização do país, porque ela parte de um equívoco de princípio: que é possível instaurar no país uma democracia burguesa clássica e que a dissolução das esquerdas, no seio do liberalismo burguês, traz alguma vantagem estratégica. Esta concepção, que vem sendo defendida por alguns setores de esquerda, não aprendeu as lições de 64 e nem a história da experiência latino-americana no seu conjunto.

É necessário, nos parece, combinar num plano mais elevado as reivindicações democráticas gerais da maioria da sociedade, com um programa de oposição ao regime, sob pena de que esta proposta "genérica", de frente, não represente os interesses concretos das amplas massas assalariadas, de pequenos proprietários e posseiros, que são as camadas sociais que objetivamente tem condições de levar a democracia a sua condição substantiva, ou seja, alterar as relações de classe e revolucionar o processo produtivo.

Esta proposta só pode assentar-se no tripé: expropriação de todo o latifúndio improdutivo e produtivo, com passagem a formas cooperativas de produção e assistência global aos pequenos e, em alguns locais, aos médios produtores agrícolas; controle popular de todas as empresas estatais e estatização dos setores básicos, e de interesse público, tais como dos transportes e da comercialização atacadista; cancelamento imediato da dívida externa do país e estatização das grandes empresas monopolistas nacionais e internacionais.

A unidade a ser buscada não é uma unidade baseada num frentão democrático, mas baseada nos interesses reais das amplas maiorias populares, tornando-se, isto sim, o componente fundamental e hegemônico na luta pela democracia, vinculando as nossas concepções de democracia a uma oposição, não somente ao governo, mas também ao regime; opondo a ele uma concepção democrático-popular e não puramente democrática.

Frente Popular

As opções partidárias que hoje estão postas refletem o estágio de consciência das lideranças políticas regionais e estão ligadas, quase todas, às experiências populares anteriores a 1964. A proposta de um Partido dos Trabalhadores e de um partido "Autêntico" (ou a soma de ambos) é a única alternativa nova. Mas nenhuma delas, ao que tudo indica tornar-se-á, fora de um quadro de alianças mais amplas, um Partido Nacional que substitua a necessidade de uma Frente Popular e Democrática, que é, no plano político, a proposta que parece ser a mais correta. A realidade está demonstrando que quem sustentava ser impossível o "encerramento" de toda a esquerda brasileira num só partido legalizado tinha absoluta razão. Ora, a impossibilidade vem das tremendas diversidades regionais que o país apresenta e que implica em tradições políticas complementares díspares.

O que é preciso ter claro é que qualquer Partido de expressão nacional, que se plantar na legalidade jurídica, terá suas facções de direita e de esquerda, certamente determinada pelas peculiaridades, tradições locais, e mesmo pela postura política pessoal de seus dirigentes mais importantes e reconhecidos pelas massas. A questão partidária legal, via de consequência, dentro da legalidade vigente, é uma questão puramente empírica, a ser atendida pela esquerda, em função das suas necessidades de organização local, tendo em vista, e isto parece ser o mais importante, a organização de uma Frente Nacional, Popular e Democrática, na qual os trabalhadores e seus movimentos espontâneos, ou não, sejam a espinha dorsal.



Tarso Genro é advogado trabalhista e ex-presidente da AGETRA - Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas e Membro do Diretório Municipal do MDB, de Porto Alegre.

O Brasil após a anistia restrita:

Liberdade de organização X repressão

Com a anistia parcial, a esquerda começa a deixar a clandestinidade e a conquistar uma semi-legalidade. Todo o aparelho repressivo, contudo, permanece ativo. E agora?

De repente, a vida política brasileira passa a contar com situações paradoxais: lado a lado caminham livremente pelas ruas comunistas declarados, recém-saídos das prisões ou retornados do exílio e da clandestinidade, e policiais torturadores, a serviço de um bem-montado esquema repressivo, que continua intacto. A esquerda brasileira, combatida duramente pelo regime, acostumada à sobrevivência na mais completa ilegalidade, depara-se, após a entrada em vigor da anistia parcial, com a perspectiva da semi-legalidade ou mesmo da legalidade. Cada passo dos diversos grupos de esquerda, contudo, continua, quando possível, sendo controlado, anotado, fotografado e até gravado em vídeo-tape pelos órgãos repressivos. O mínimo que se pode dizer sobre essa situação é que ela não pode ser estável.

Por isto, EM TEMPO foi ouvir algumas fontes ligadas às esquerdas e outras que, comprometidas diretamente com a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita, também têm acompanhado com preocupação o momento conjuntural.

Luís Paulino Vieira deixou a Penitenciária Lemos de Brito, em Salvador, e foi logo declarando: "Pretendo continuar lutando pela legalização do Partido Comunista Brasileiro", não deixando dúvidas sobre sua filiação político-ideológica. Elza Mnerat, que foi presa em dezembro de 1976, na Lapa, quando a repressão estourou a casa onde se reunia o comitê central do Partido Comunista do Brasil, saiu do cárcere com seus 56 anos e foi logo deixando claro, numa intervenção no I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, que «há 32 anos milita no partido». Haroldo Lima, que também estava preso na Lemos de Brito, concedeu entrevistas à imprensa defendendo a legalização do PC do B e reafirmando fidelidade à sua organização, inclusive à luta armada. A Convergência Socialista, uma organização completamente na legalidade, apesar de ter sido alvo de "perseguições, invasões de sua sede pela polícia e prisões e processos contra seus integrantes", tem uma experiência na conquista de «determinada legalização que precisa ser bem analisada pelas esquerdas», segundo palavras de Julio Tavares, um dos dirigentes nacionais do movimento.

Legalidade não

Atitudes e depoimentos como esses são hoje fatos consumados nos mais diversos pontos do país. Essa euforia em direção à legalidade, contudo, não sendo compartilhado por todos os agrupamentos. Fontes próximas ao MEP (Movimento pela Emancipação do Proletariado) indicam que essa organização considera que a legalidade da esquerda deve ser entendida de diversas maneiras: "Primeiro, como um objetivo de luta da própria esquerda e do conjunto do movimento operário, que é a plena liberdade de organização sindical e partidária". Esse objetivo, entretanto, o MEP, segundo a fonte, o entende como «uma bandeira de luta», na medida em que ele representaria, na verdade, o "limite extremo do que se pode conseguir dentro da legalidade burguesa". Em segundo lugar, o «Movimento pela Emancipação do Proletariado» acredita que «tal legalidade não significaria que todos os partidos operários dessem abdicar totalmente da clandestinidade". Pensar assim, segundo as informações obtidas, seria para o MEP «caminhar para posições liquidacionistas, na medida em que o ensinamento da luta de classes dão lições claras sobre isso: a possibilidade, por exemplo, de a burguesia vir a resistir, amanhã, às iniciativas da classe operária de construir o seu partido revolucionário, de buscar a tomada do poder para a construção de uma sociedade justa». As informações dão conta ainda de que o MEP considera o partido revolucionário «a memória da classe operária», capaz de resistir aos mais variados momentos da luta de classes — sejam ofensiva, defensiva ou equilíbrio —, o que não deixa lugar para ilusões quanto às liberdades burguesas".

Para Luiz Eduardo Greenhalg, dirigente do CBA - São Paulo e advogado de presos políticos, "o



Paulino, pelo PCB



Monerat, pelo PC do B



Peres e Klasmann, novo método

regime admite tolerar algumas posições de esquerda na semi-legalidade, nunca na legalidade». Fundamentando sua opinião, Greenhalg esclarece que tem «informações seguras sobre a manutenção integral do aparelho repressivo e as funções atuais dos DOI-CODI, CENIMAR etc.». De acordo com tais informações, esses organismos da repressão estariam se dedicando no momento a «tabular para computação todos os interrogatórios realizados durante esses 15 anos com os presos políticos e procurando obter novas informações sobre a atuação recente dos grupos de esquerda». Utilizando o computador, segundo Luiz Eduardo, os órgãos repressivos estão preparando uma repressão mais eficaz que possibilite, por exemplo, «saber imediatamente todas as informações já obtidas sobre uma pessoa que venha a ser presa, em qualquer Estado do país: organizações em que militou, em quais depoimentos foi citado, participou de tal ou qual reunião, ato público ou manifestação etc etc». O centro de informações, que virá a abastecer a repressão nacionalmente, de acordo com as fontes do dirigente do CBA, será «composto por um sistema integrado IBM no Rio de Janeiro».

Por tudo isso, Luiz Eduardo acredita que «os setores avançados da sociedade, os setores mais progressistas devem continuar lutando, se possível abertamente, mas sem esquecer as questões de segurança, sem se iludir com a abertura, sem se descuidar diante de um regime que continua sendo militar e de caráter fascista».

Para exemplificar suas preocupações, Greenhalg cita os casos de Zaratini (também anistiado e libertado do presídio do Barro Branco, em São Paulo), que ao ser preso constatou que a repressão possuía fotos e informações recentes sobre sua pessoa, reveladoras de um trabalho metódico de observação. Nessa linha, Luiz Eduardo pergunta: "O que pode ocorrer nesse país dentro de uns dois anos? Quem nos garante que uma nova caça às bruxas não venha a se dar?"

Júlio Tavares, da Convergência Socialista, vê o problema da legalização mais pelo lado da obtenção, por parte das esquerdas, de "um maior diálogo com os setores populares". Ele disse, por exemplo, que o seu movimento viu "com muito carinho a declaração feita pelo companheiro do PC (Paulino), que saiu da cadeia dizendo que vai continuar lutando pela legalização do seu partido". Júlio acha também que, com a anistia parcial, melhoraram as condições de luta para a obtenção de uma anistia ampla, geral e irrestrita". O que falta, segundo ele, é a esquerda conseguir "fazer uma frente sólida pelas liberdades democráticas, sem passar por cima das divergências, respeitando o direito de cada um de se filiar ao partido que quiser, aprendendo com as experiências e impulsionando a luta pelo socialismo".

Já as informações sobre o pensamento dos integrantes do MEP dão conta de que eles consideram acertada a qualificação da repressão atual como "a

la francesa". Ou seja: o regime vai reprimir duramente os trabalhadores nas greves, nas manifestações de rua, mas vai suportando, paralelamente, uma certa legalidade. É a tese da abertura na medida do suportável - ultrapassado esse limite (sem dúvida, indefinido), baixa a repressão.

Na área parlamentar, o deputado estadual pelo MDB de São Paulo, Eduardo Suplicy, após manifestar sua concordância com a livre organização partidária, deixou claro que as atitudes e depoimentos assumidos agora por ex-presos e exilados que retornaram "criam fatos consumados que seguramente contribuirão para a conquista da livre organização e manifestação de todas as tendências políticas existentes no Brasil". Sobre a repressão, Suplicy considera que ela não age mais como antes devido "à vigilância que gradativamente foi sendo exercida pela sociedade, que acabou se organizando para impedir a continuidade das ações repressivas ocorridas em períodos anteriores".

O quadro da emergência da esquerda, no entanto, apenas começa a se delinear. A volta de Brizola, Arraes e principalmente de lideranças partidárias como Luís Carlos Prestes (PCB) e João Amazonas (PC do B), entre muitos outros, sem dúvida pesará para definir os rumos desse processo.

O que se pode garantir, no essencial, é que, em todos os campos, as iniciativas de ação política já não se limitam aos governantes. Se na área da esquerda isso começa a ficar claro, na área parlamentar vinculada aos interesses populares já se observa uma radical mudança nos métodos de ação. E o exemplo mais significativo, até agora, foi a recuperação dos mandatos de vereador por parte de Marcos Klasmann e Glenio Peres na Câmara de Porto Alegre. Surpreendido pela iniciativa dos dois vereadores, o governo vacilou e se manteve (como se mantém) confuso com relação ao episódio. O habil ministro da Justiça, Petrônio Portella, chegou a vociferar para a imprensa que o fato fora "uma violência", caindo no ridículo ao querer qualificar de violência a recuperação dos mandatos e não a cassação arbitrária promovida pelo regime. Enquanto isso, Peres e Klasmann, garantindo a maioria de 2/3 na Câmara de Porto Alegre para o MDB, já começaram a fazer pronunciamentos e empurrar a bola pra frente. De um modo semelhante, digamos assim, ao que a esquerda está fazendo ao retornar ao campo da vida política aberta. "Com cuidado", lembraria ainda uma última vez Eduardo Greenhalg, tarimbado no trato com prisões políticas.

Dora, dez anos clandestina

Doralina, da diretoria da UEE de MG em 68; da UNE em 69; e clandestina desde então até esta semana.

Companheiros, devo começar por lhes esclarecer porque me faço presente neste momento histórico para a conjuntura dos estudantes mineiros e porque me uno a vocês na gloriosa tarefa de reconstruir a nossa UEE. Sou hoje um dos raros membros da última diretoria da UNE a escapar com vida, um dos poucos a não ser assassinado pela ditadura».

Ao pronunciar estas palavras perante o congresso de reconstrução da UEE mineira, de 31 de agosto a 2 de setembro, em Belo Horizonte, Doralina Rodrigues Gonçalves — Dora — estava encerrando um período de praticamente 10 anos de vida clandestina dentro do país. E quis marcar seu retorno com a denúncia do assassinato de seus antigos companheiros de UNE pela ditadura: Honestino Guimarães, Gildo Lacerda, José Carlos da Matta Machado e Humberto Câmara.

Foi uma clandestinidade que começou nos idos de 1967. Doralina era dirigente do movimento estudantil e, embora já com vida ilegal, podia ainda circular abertamente pelas escolas. Vieram o Ato 5 e o consequente aumento da repressão e o jeito foi cair na completa clandestinidade. Em 1970, ela muda de nome e vai militar junto ao movimento operário. Até 73, é possível ainda viver em casa de amigos. Mas eles já não sabem mais o seu verdadeiro nome. Então, ocorrem as prisões de dois diretores da UNE. E Dora é obrigada a

mergulhar ainda mais fundo na clandestinidade.

Para se manter longe da repressão, começa a troca constante de pensões. E em cada uma, há uma história diferente. A ditadura espalha pelo país cartazes alertando a população contra pessoas de hábitos de vida estranhos, que escapem aos padrões normais. Como, por exemplo, pessoas que não tenham horário regulares de trabalho. O jeito é explicar que ela trabalha em pesquisa ou que pode ficar no quarto trabalhando na transcrição de gravações. Ou que faz artesanato.

Não é mais possível se dar o endereço para os amigos. Os contatos com a família, se tornam esporádicos. E há o permanente

receio de se encontrar com alguém na rua que a reconheça e ponha tudo a perder.

Doralina recorda um exemplo: certa vez, no Rio, assustou-se ao ser chamada pelo seu verdadeiro nome. Tentou disfarçar. Não deu. Era um soldado do 12º Regimento de Infantaria, de Belo Horizonte, onde estivera presa, e que a reconheceu. Queria saber apenas se ela estava bem.

«Muitas vezes, o que me fazia resistir mesmo era a ligação com os movimentos de massa, pois os laços com companheiros e amigos, era muito tênues». Isso ocorreu no ano de 1973, quando a repressão se intensificou e a ausência de um companheiro a um encontro significava que ele tinha sido preso. Havia dificuldades financeiras.

E, mais que isso, uma constante atitude de vigilância para não se deixar pegar pela repressão.

«Uma vez — recorda Dora — só me salvei porque, ao falar com um companheiro pelo telefone, saquei que a repressão estava ao lado dele. Se tivesse aparecido no lugar onde ele trabalhava, teria sido presa. A polícia estava mesmo lá, como comprovei depois».

A clandestinidade somente começa a se amenizar no governo Geisel. O movimento de massas avança e se consolida e há mais espaço para se respirar aliviado.

«Me ajudou muito — recorda — estar casada com um companheiro com vida legal. Seria muito mais difícil estar casada com alguém que estivesse também na clandestinidade».

Seus objetivos agora são lutar por uma anistia realmente ampla, geral e irrestrita que permita o retorno de muitos companheiros que ainda permanecem na clandestinidade. É a defesa da construção de um partido popular «que ocupe um espaço político além do espaço aberto pela ditadura». Para ela, «o partido dos trabalhadores é a vertente principal desse partido popular».

Já na legalidade, Doralina vai poder realizar um desejo: pode dar ao filho que nasce dentro de um mês seu sobrenome verdadeiro. Afinal, quem está na clandestinidade nem sempre pode ter filhos.

Sobrevivente da UNE

Militante estudantil, Doralina foi presa pela primeira vez em setembro de 68, sob a acusação de pertencer à diretoria da UEE de Minas e à futura direção da UNE. Mas tinha tido sua prisão preventiva desde 67 e vivia já fora de casa. Libertada um pouco antes da edição do Ato 5, foi condenada, em julho de 1969, a 10 meses de prisão.

Doralina é eleita para a direção da UNE nos congressos regionais da UNE no início de 69 e parte para o Nordeste. Ao deixar o movimento estudantil, em 1970, liga-se ao movimento operário. É o período negro do governo Médici e sua clandestinidade torna-se cada vez mais absoluta. «Acompanhei pelos jornais - lembra - a prisão de Honestino Guimarães. Eu sentia que a minha nova família havia desaparecido. Foi um choque ao abrir o jornal e ver a foto do José Carlos da Matta Machado. Vivia no temor de abrir os jornais e ver mais um companheiro assassinado. A minha volta se dá no processo de ascensão do movimento operário popular que, realmente, dá a segurança de não vir a ser presa, torturada ou assassinada».

A prisão do metalúrgico

Metalúrgico da oposição sindical de Belo Horizonte e Contagem, preso pela repressão mineira, demonstra como e porque «a prisão e a força não intimidam quando a luta é justa».

Por **Ignácio Hernandez, de Belo Horizonte**

Segunda-feira, 18,30 da tarde. O metalúrgico chega do trabalho. Tira o macacão e entra no chuveiro. A casa está tranquila. Fora já é noite e a polícia prepara a cilada. O filho de seis anos e meio está na casa do vizinho. A sua esposa lhe diz:

— Você está com pressa? ou pode buscar o menino?

A menina quer acompanhá-lo.

— Olha, filha, já está escuro e parece que vai chover. Eu volto correndo.

A praça está deserta, a noite é calma. Um homem sai dentre umas árvores e começa a andar atrás do metalúrgico. Na frente um outro vem a seu encontro. Ele o conhece, já o viu no sindicato, até distribuíram boletins juntos e se suspeita que é da polícia. Não existe sujeito mais avoado que este metalúrgico. Entre o desconhecido que aperta o passo quando o metalúrgico anda mais depressa e o conhecido da frente prefere o que vem a seu encontro e que estende a mão como para cumprimentar, mas é para segurá-lo.

— O senhor está preso. Não reaja, assim será melhor. Desculpe, eu sou obrigado a cumprir ordens.

O metalúrgico olha ao redor. Ninguém na praça. O homem que vinha atrás dele, dobra seu braço atrás das costas. Um outro vai passando.

— O moço, avise nessa casa que estou sendo preso! fale com minha mulher que estão me prendendo!

O homem o olha com cinismo. Parece dizer: Cala a boca, imbecil. E entra no carro encostado junto às árvores. É o chofer da polícia. Trinta minutos depois está no DOPS à disposição da Polícia Federal. Entretanto no bairro começa a mobilização. Igreja, líderes de bairro, um ou outro político, o Povo se movimenta abertamente noite adentro. Uma da madrugada a companheira do metalúrgico rodeada de povo pressiona no DOPS até ter a certeza de que seu companheiro está lá preso.

O Sanduiche

O subsolo do Dops é um corredor de um metro e meio de largura por 60 de comprimento. Aos dois lados as celas compostas de grossas barras de ferro no melhor estilo de grade de prisão. O metalúrgico percorre todo o corredor até a última cela à esquerda. Sauda as companheiras e os companheiros presos que seguram as barras das portas. Brinca:

— Vim fazer uma visita a vocês e quebrar sua incomunicabilidade. A visita vai durar dez dias.

A porta da cela apenas se fecha e já chega uma voz de outra cela

— Você jantou? está com fome?

— Jantei não. Mas não estou com fome.

De qualquer maneira chega até sua cela um misto quente. É o primeiro gesto de solidariedade dos companheiros presos. Um gesto ininterrupto durante todos os dias da prisão. Sanduiche gostoso que o metalúrgico come com alegria.

O metalúrgico pede ao carcereiro um cobertor. Lhe explicam que isso só seria possível no outro dia. Nessa hora da noite o expediente está fechado; uma noite sem cobertor não faz mal a ninguém.

Passados quinze minutos pelo corredor voa de cela em cela um cobertor. De madrugada o rumor de vozes no andar superior acorda vários presos. É a esposa do metalúrgico, alguns metalúrgicos, padres e algum político que exigem informações sobre o preso. O metalúrgico não escuta nada. Dorme em paz embrulhado no cobertor.

A cela do metalúrgico é fria. A janela grande e dura não tem vidros. O ar carregado de umidade cruza a cela, assoviando nos jornais colocados nas grades. É um vento que não se deixa engaiolar, como o gato preto que cabreiro passa de cela em cela até ganhar o páteo entre duas barras de ferro.

O domingo é silencioso no subsolo do DOPS. Não há nem interrogatório, não há visitas. Só segunda-feira é dia de visita. O escasso pessoal de guarda escuta uma partida de futebol.

Os presos deitam nos colchões jogados no chão, lendo ou conversando. Contando às vezes os sete passos que vão de uma parede a outra da cela. Ou ficam agarrados às grades da porta.

— Você já foi um domingo ao parque zoológico de BH? Já viu os leões ou onças nos seus cubículos andando de cá para lá ou deitados no chão? De vez em quando um agente do DOPS passa pelo corredor e nos olha com rosto inexpressivo.

Uma diferença: é permitido cantar: "sabíá na gaiola fez um buraquinho voou, voou, voou. A polícia que gostava tanto do bichinho chorou, chorou, chorou..."

Acabada a visita o metalúrgico abraça sua companheira. O guarda fala com o filho.

— Você fala com seus colegas de colégio que seu pai está viajando.

O menino desde sua altura de seis anos e meio olha para ele.

— "Não senhor, eu falo que meu pai está preso e com muito orgulho. Está preso porque quer tirar o dinheiro dos ricos e dar para os pobres" "e o senhor que o está levando é muito covarde".

Ecos da Liberdade

Ato público na escadaria da igreja São José acaba em violência. Alunos e professores da FACE em greve pelos professores presos. Vigília na igreja do Eldorado em solidariedade pelos presos políticos. Pelas várias frestas que tem qualquer cadeia os ecos da liberdade penetram até as celas. Estes retalhos de notícias é o que alenta o preso nas monótonas horas da prisão. A confiança e a força do homem encerrado entre grades pela luta política está no movimento popular. É o grito do povo cujo eco chega até o ouvido do encarcerado que lhe dá segurança no momento de desânimo, que confirma que sua luta está certa.

Alguém lhe conta.

— O povo chorou quando sua companheira gritava no microfone: meu companheiro está preso, mas nossa luta é justa, é por isso que está preso. Já

que a sua voz hoje está calada, a minha tem que falar mais alto"

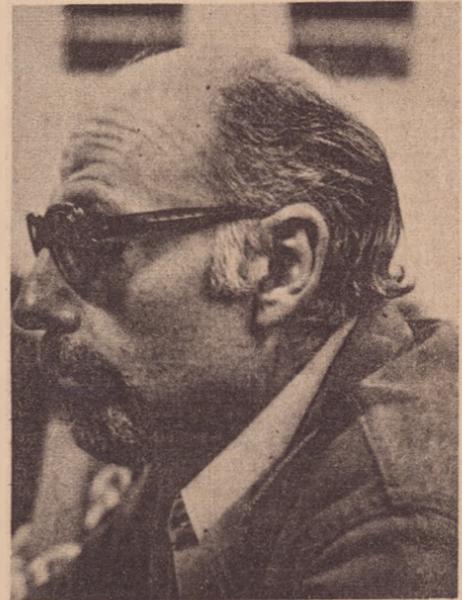
O metalúrgico se sente feliz na prisão.

O delegado ditando para o escrivão:

Que o declarante, perguntado se esteve presente no ato público, respondeu que sim; que perguntado se pediu assinaturas para um abaixo assinado pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, falando que era para forçar o governo a soltar os presos políticos, respondeu que sim; que o declarante perguntado se é a favor das greves, respondeu que sim porque é necessário lutar pela sobrevivência e é justo lutar pela organização e autonomia da classe trabalhadora... que o declarante perguntado quem mais assistiu à reunião se negou a responder...

Estas linhas querem levar meu agradecimento aos que lutando pela Anistia também lutaram pela nossa libertação, confirmando que a luta da classe operária é justa.

Agradecemos aos metalúrgicos de Contagem, juntamente com o Sindicato, ao povo que se solidarizou conosco, aos Padres e à Igreja que desde o primeiro instante até a vigília do Eldorado estiveram presentes com sua voz firme e cristã, aos alunos dos colégios que se solidarizaram conosco e aos políticos que protestaram contra a arbitrariedade. A todos vocês a certeza de que a prisão e a força não intimidam quando a luta é justa.



Repressão sofisticada

A repressão aos professores do Rio. Fotos, gravações em video-tape e interrogatórios em salas onde ainda estão os instrumentos de tortura: pau de arara, cadeira do dragão...

Por **Ana Terra, do Rio**

Estamos diante de um dos mais sofisticados inquéritos policiais que já vi! - exclamou o advogado Mário Donnici depois de verificar no DPPS o processo que envolve 256 professores de Primeiro e Segundo Graus da rede oficial do Estado do Rio.

Pelo inquérito, os professores podem ser enquadrados nos artigos 36 (incitação à greve e paralisação de serviço público) e 37 (adesão à paralisação) da Lei de Segurança Nacional, ficando sujeitos a penas que variam de oito meses a 12 anos. O curioso é que a abrangência do artigo 37 poderá atingir os 110 mil professores grevistas do ensino estadual e municipal levando um milhão e meio de crianças a ficarem sem aulas muito mais dias que os 22 da greve de agosto.

A sofisticação do processo, apontada pelo advogado do magistério, deve-se a toda a parafernália utilizada pelo DPPS em sua "função" de fiscalizar o professorado e "provar" que existe, como afirma o Governador Chagas Freitas, "infiltração perigosa no movimento".

Este objetivo, aliás, ficou bem claro quando os policiais tentaram, ao interrogar os líderes do magistério, relacionar Lula com a greve do professorado, procurando também enquadrá-lo na LSN, simplesmente porque ele, participando de um encontro de líderes sindicais em Niterói, compareceu a segunda assembleia da categoria. E apesar de outros dirigentes sindicais terem acompanhado o presidente dos metalúrgicos, as baterias da polícia foram acionadas apenas para a "perigosa ligação" Lula-Godô (Godofredo Pinto), ou melhor dizendo metalúrgicos-professores.

Constando de três volumes e meio, o inquérito dos professores - que leva o número 08/79 - tem, no seu primeiro volume, um farto material fotográfico, panfletos e gravações. Ali, encontram-se notas dis-

tribuídas pelos professores nas assembleias e aos pais, desde a primeira greve da categoria; documentos sobre a criação do primeiro CEP (antes da fusão com outras entidades representativas da classe); entrevistas concedidas aos jornais; fitas contendo conversas telefônicas e falas dos líderes, todos de assembleias e o que surpreendeu: video-tape de assembleias do magistério. As fotografias também são curiosas porque não se limitam às greves mas registram um longo trabalho de observação e perseguição policial, porque os líderes dos professores são vistos com seus familiares, em reuniões em casa, e até trocando roupas; numa delas vê-se, através de uma janela aberta, um dos líderes trocando a camisa.

Aliás os métodos de intimidação aos professores, por parte dos policiais, foram constantes desde os "convites" para depor. Godofredo Pinto, um dos líderes dos professores, foi detido pela primeira vez na rua, sem qualquer intimação e conduzido ao camburão, apesar de seus protestos. Chegando ao DPPS permaneceu durante um dia inteiro, embora só fosse ouvido por duas horas. No segundo depoimento, ele foi conduzido a uma "sala especial" para ser identificado. Nela, onde permaneceu bastante tempo - foram recolhidas mais de cem provas datiloscópicas - o líder podia ver o que restou da aparelhagem utilizada para torturar os presos políticos: no teto e nos cantos havia pau de arara, restos de cadeira de dragão e de outros aparelhos de tortura. Além disso, a parede era revestida de forro especial, a prova de som.

Em todo esse processo de intimidação e repressão ao magistério, fluminense ficou bem clara a atitude nazista do Governador Chagas Freitas, que foi o autor das ordens de abertura de todos os inquéritos-policiais e administrativos. O processo policial é assinado pelos Secretários de Segurança e Justiça, sendo utili-

zando papel timbrado do Governo do Estado. Em alguns municípios, como Pirai, por exemplo, os professores foram "convidados" a depor através de papéis oficiais do Cret (Centros Regionais de Educação, Cultura e Trabalho), que é um órgão da própria Secretaria de Educação.

Aliás, os fatos "seriam cômicos se não fossem sérios" ocorreram em grande número durante a greve e mesmo depois dela: ao realizarem uma pequena reunião para criação do Comitê de Defesa contra Punições no Rio os professores foram surpreendidos pela presença de um carro do DPPS à porta. E ficaram mais espantados quando um poli-

cial se aproximou de um deles, falando:

— Lembra-se de mim? Conduzi você outro dia ao DPPS para depor. Foi naquele dia em que você fazia piquete na porta da Secretaria de Educação, lembra? Pois é, fomos mandados para cá, mas não sabemos o que vai acontecer nesta reunião. Estava esperando que chegasse algum amigo para me informar. Você é meu amigo pois eu te levei para o DPPS. Dá para me dizer o que vai acontecer?

Com a Lei da Anistia, os advogados pediram que os professores indiciados (56) e a serem indiciados na Lei de Segurança Nacional sejam anistiados. O assunto está em fase de julgamento.

Anistiado, mas com outra identidade.

E o anistiado que está livre, com plenos direitos políticos e ainda não pode aparecer devido aos compromissos que assumiu durante a clandestinidade? Devem existir alguns casos assim, mas seguramente poucos como este. Eis um caso real, levantado pelo EM TEMPO, que só pode ser contado, por enquanto, dessa forma:

Para fugir à perseguição dos órgãos repressivos, nosso personagem adotou uma identidade falsa. Militante de esquerda desde antes do golpe de 64, ele caiu na clandestinidade, em 1969, após escapar de um cerco policial por questão de minutos. Sua identidade verdadeira, juntamente com documentos que indicavam uma prática política revolucionária, foram apreendidos pelo DOPS. Processado, foi condenado à revelia. Mais uma pena que nunca seria cumprida entre tantas que acumulou durante os últimos 15 anos.

Com a identidade falsa, o militante clandestino conseguiu munir-se de todos os documentos necessários a qualquer pessoa de vida normal. (Título de Eleitor, CIC, Carteira de Trabalho etc.). E, com tal documentação, assumiu uma outra vida legal. Empregou-se, criou um razoável círculo de amizades, casou-se e integrou-se profundamente na família de sua companheira. Hoje, é um cidadão acima de qualquer suspeita.

Anistiado, já pode retomar sua verdadeira identidade, voltar para seu Estado, reencontrar sua família, que não vê há dez anos. No entanto, como enfrentar de imediato tantas pessoas próximas, parentes de sua mulher, companheiros de trabalho, que nada sabem a respeito do seu passado nem de longe sonham com a hipótese de ele ter sido um "perigoso subversivo"?

Enquanto vagorosamente o nosso amigo arruma as malas e faz as contas para voltar para sua terra, ele pensa sobre o modo como a grande revelação deverá ser feita. Principalmente para os parentes mais velhos de sua mulher — os pais, a avó. Sem dúvida, quando isso ocorrer, dentro de uns dois meses, não faltarão os que, mesmo um tanto surpreendidos, dirão: "Aquelas idéias estranhas e atitudes sempre a favor dos outros, procurando ajudar nunca me enganaram — esse fulano sempre me cheirou a comunista".

Maranhão em pé de guerra

O governo fala de prioridade à política agrícola. Mas os conflitos de terra entre posseiros e grileiros continuam acirrados e em algumas regiões, com no Maranhão, a situação é de quase beligerância.

Severino Dantas, do Maranhão

Mil e quinhentos camponeses de Bom Jardim, dirigentes sindicais e vinte municípios do Estado, comitativas de trabalhadores, o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAEMPA), bem como a imprensa local e representantes da Comissão Pastoral da Terra realizaram no mês passado, na cidade de Bom Jardim, um ato público em homenagem ao camponês FIRMINO GUERREDO DOS SANTOS, assassinado pelo grileiro Antonio Abreu.

No dia seguinte foi a vez dos 600 camponeses de João Vito, povoado de Parnarama, reunirem-se com a CONTAG e a Federação, para discutir as formas de resistência às violências cometidas pelo grileiro Eugênio de Sá Coutinho, que incluem desde batidas rotineiras pelas roças de homens armados de metralhadoras até torturas de trabalhadores. O saldo dessas manifestações foi o fortalecimento do sentimento de luta dos posseiros das duas regiões e a certeza de que não estão sós em sua resistência ao arbítrio dos que se consideram os donos da terra.

Essas reuniões de trabalhadores rurais adquirem um significado particular, pois podem indicar o início de uma ação coordenada a nível local, estadual e nacional para impedir a generalização do clima de terror instaurado por grileiros acobertados pela polícia, Exército, juizes, prefeitos, políticos e autoridades estaduais em, pelo menos, dez municípios do Maranhão: Barra do Corda, Bom Jardim, Coroatá, Esperantinópolis, Imperatriz, Parnarama, Governador Eugênio Barros, Porto Franco, Santa Luzia e Timbiras.

Os desdobramentos dessa ação até agora consistiram no encaminhamento de denúncias ao Presidente Figueiredo, ao Ministro da Agricultura e ao Governador do Estado do Maranhão e em uma audiência com o Secretário Geral do Ministério da Justiça, Walter Costa Porto, na qual o Presidente da CONTAG entregou um dossiê dos casos mais graves ocorridos naquele Estado. Neste documento, a CONTAG caracteriza a situação no Maranhão como de "verdadeira beligerância", chamando atenção para "uma estranha e não compreensível cobertura e/ou participação de autoridades", entre as quais, militares do 50º Batalhão de Infantaria da Selva, na ação dos grileiros. Há, ainda, segundo o documento, uma tentativa evidente de "intimidação à ação sindical, com o objetivo de desmoralizar e tolher a atuação dos legítimos órgãos de defesa da classe, mediante a pressão, intimidação e perseguição contra a liderança e trabalhadores sindicalizados".

Uma chacina iminente

Em Santa Luzia, considerado o maior caso de grilagem do Estado, a situação talvez seja a mais grave. Apesar de toda a resistência que vêm conseguindo opor aos grileiros, cerca de 5 mil posseiros não puderam botar suas roças este ano, em função das violências a que estão sendo submetidos. É isso que afirma Honorato Santana de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município, para quem é iminente uma chacina na região.

Com serenidade de alguém habituado aos enfrentamentos com os poderosos, Honorato fala das investidas contra os companheiros e das ameaças que vem sofrendo pessoalmente. "Zezé", de Imperatriz, e João Vicente, irmãos dos grileiros Antonio e José Vicente, são os pistoleiros profissionais com os quais Honorato é obrigado a conviver dia e noite rondando a sua casa, destelhando seu teto e o espreitando pelas ruas de Santa Luzia.

Os companheiros se revezam para lhe dar proteção, temendo que ele venha a ter o mesmo fim que João Palmeira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, assassinado em 1975, por jagunços dos grileiros. E é exatamente essa manifestação de solidariedade que permite a Honorato continuar dizendo não ao juiz que lhe pede que convença os posseiros da Fazenda FREIXAL a desistirem de bloquear os serviços de demarcação dos 25 mil hectares de terra grilados; que continue encorajando o trabalho dos delegados sindicais e a luta do povo; e que não se intimide de ir a São Luís fazer denúncias e exigir providências e, até mesmo, de ir a Brasília para, junto com a CONTAG e a Federação, fazer ver ao Ministro Petrônio Portela que é preciso dar um basta à sanha dos grileiros de Santa Luzia.

Embora os irmãos Vicente patrocinem a perseguição a Honorato, haveria indicações de que, por detrás dessa empreitada macabra, estariam os grandes grileiros da região, acobertados por conhecidos políticos maranhenses.

Resta saber, agora, o que fará o governo diante de todas essas evidências. No que depender dos trabalhadores, eles continuarão se organizando

para defender seus direitos à vida e ao trabalho. Eis aqui a situação no Estado a partir de um levantamento elaborado pela CONTAG.

Bom jardim

Na noite do último dia 6 de agosto um trabalhador rural, Firmino Guerreiro dos Santos, foi assassinado, e outro, Basílio Paulo Batista de Araújo, foi ferido pelo grileiro Antonio Abreu.

Parnarama

Eugênio de Sá Coutinho e seu filho, Ferdinando de Araujo Coutinho, disseminam o terror no município, praticando violências contra todos os que se recusam a atender suas exigências absurdas.

Nas localidades de Bacaba, Baixão Grande, Barro Preto, Brejelona, Centro dos Ferreiras, Guanandi, João Vito, Santa Clara, Santo Antônio, São Raimundo e Traguá, vivem cerca de 600 famílias de agricultores, num total de aproximadamente 3 mil pessoas, que ocupavam posses mansa e pacificamente sem reconhecimento do domínio alheio.

Coroatá

Desde abril de 1977 que as famílias de Alto Alegre, que inclui 14 povoados, além do grande povoado de Alto Alegre, onde residem 4.500 pessoas, vêm sofrendo todo tipo de ameaças e violências do fazendeiro Antonio Carlos de Castro Maranhão, diretor superintendente da Companhia Cachucha e Pastoril, que se diz dono de mais de 13 mil e 500 hectares. Os moradores estão proibidos de quebrar babaçu e o fazendeiro quer impor-lhes contratos de arrendamento ilegais. Os despejos se sucedem, quase sempre acompanhados de violência: destruição com trator ou queima de roças e casas, prisões ilegais e com o auxílio da polícia de São Mateus, Livramento e Coroatá.

Esperantinópolis

316 famílias dos povoados de São Raimundo, Jatobá, Lagoa Nova e Centro do Aureliano estão ameaçadas de perder suas terras para o grileiro Doca Bezerra, que se diz dono delas, sobre as quais

está querendo usucapião, com a conivência de advogado do INCRA.

Governador Eugênio de Barros

No último mês de outubro, um Coronel do Exército, Germano de Andrade Fontes, ameaçou 300 posseiros de recorrer ao Exército e à Polícia, caso insistissem em continuar plantando na terra que ele diz ser de sua propriedade. A ameaça está contida numa carta enviada ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Eugênio de Barros.

Porto Franco

No último dia 23 de julho, 15 posseiros foram presos pela polícia que os fez desfilar pelas ruas da cidade. Levados de volta ao povoado onde residem,

esses posseiros assistiram a polícia saquear suas casas e levar tudo que lhes pertencia. No dia seguinte, a polícia voltou com o suposto proprietário das terras onde residem os posseiros e derrubou todas as casas, voltando no outro dia para incendiar o que havia sobrado.

Timbiras

O prefeito do município, Sr. José Maria Frazão de Melo e Alvim, no dia 22 de janeiro de 1979, mandou desapropriar 6 posseiros (56 pessoas) que viviam na terra desde 1954, sem qualquer tipo de contestação e sem pagar qualquer renda, cultivando lavouras permanentes e temporárias, para passá-las, segundo o Sindicato, a pessoas de fora do Estado.



Posseiros se reúnem, em Bom Jardim em protesto pela morte de um companheiro



Um grileiro na presidência da Arena

O próprio José Sarney, senador e Presidente da Arena, é um dos maiores envolvidos diretos nas violências contra os posseiros do Maranhão.

300 hectares serve de base à pretensão dos grileiros à posse de uma área de 5.744 hectares, requerida à COMARCO. Posteriormente houve negociações com as terras devolutas do estado, tendo o mencionado Salomão cedido os seus «direitos sobre as terras em questão ao senador José Sarney

A tortura como método

Os agricultores têm resistido à grilagem desde que ela foi iniciada por José Salomão. Os posseiros recorreram aos meios legais disponíveis, provando a sua posse, e reivindicando os seus direitos com abaixo-assinados, apelos ao sindicato, ao Ministério da Justiça, e à Presidência da República. Duas vezes tentaram impedir em conjunto o avanço ilegal da fazenda, derrubando, em 1973, 600 metros de cerca e impedindo, em 1975, a abertura de uma estrada que atravessaria suas roças. A reação dos grileiros tem sido violenta, com perseguições policiais, prisões, ameaças com capangas, tentativas de emboscadas para matar o líder dos agricultores, o lavrador Vicente Hermínio.

Finalmente, em setembro de 1977, alguns dias depois de ter sido reafirmado pelo ex-governador Nunes Freire, na CPI de problemas fundiários da Câmara Federal, a ilegalidade da ocupação dessas terras por parte de Sarney, os posseiros derrubaram 13 quilômetros de cercas, numa ação que se estendeu por dois dias. A essa derubada — que se contrapunha à violência do cercamento dos povoados que punha em cheque a própria sobrevivência dos posseiros e suas famílias — seguiu-se a mais brutal repressão. Apesar das contradições existentes entre Sarney e Nunes Freire, este último — que, aliás, é acusado pelo

primeiro de ser, por sua vez, grileiro das terras de Pau Deitado e Uguará, bem como de terras da reserva dos índios guajajaras — não impediu que a polícia estadual submetesse os posseiros a torturas e espancamentos. Assim, segundo denúncias publicada pelo JB em 11/10/77, alguns lavradores tiveram unhas e cabelos arrancados e foram submetidos a choques elétricos e espancamentos com coronha de fuzil entre outras violências.

Esses fatos se desdobraram em uma sucessão de episódios relacionados com a luta que se trava entre Sarney e Nunes Freire. Assim, o ex-governador demitiu logo depois desses acontecimentos o secretário de segurança responsável pelo inquérito em que ocorrem violências contra os posseiros e que havia revelado à imprensa que um assessor de Nunes Freire teria autorizado a destruição das cercas da chamada Fazenda Maguary, apresentando-se para tanto como porta-voz autorizado do governo estadual.

Depois de um segundo inquérito que concluiu pela inocência do assessor de Nunes Freire, Sarney revidou, obtendo do ministro da justiça a abertura de um terceiro inquérito, desta vez realizado pela Polícia Federal. Este chegou à insólita conclusão de que, apesar de terem havido efetivamente violências contra os posseiros, estas não invalidavam os resultados do primeiro inquérito, que poderia ser enviado à Justiça, incriminando posseiros e o já então ex-assessor de Nunes Freire.

Finalmente a situação evoluiu num sentido favorável aos posseiros, com a iniciativa do governo do Estado de propor uma ação discriminatória de terras devolutas de domínio público, inclusive as terras pretendidas por Sarney. Na petição inicial a Procuradoria Geral do Estado do Maranhão evidenciava o caráter ilícito da ocupação realizada por Sarney e a tentativa de esbulho dos direitos dos legítimos posseiros, os pequenos agricultores dos povoados localizados nessa área.



O secretário geral da CONTAG, Francisco de Araújo, fala aos posseiros de Parnarama.

Mulher Metalúrgica

Combatividade supera paternalismo

No I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo, mas de 159 trabalhadores discutiram sobre suas reivindicações, fizeram denúncias contundentes e prepararam formas organizatórias para as lutas futuras.

Por Elisabete Souza-Lobo, Antonina Silveira e Rosa Moisés

De 31 de agosto a 2 de setembro as metalúrgicas de São Paulo realizaram seu congresso. E já na sessão de abertura, com a presença de David Gongora, ex-preso político e de representantes metalúrgicas de Minas, Rio e São Bernardo se manifestaram por "uma anistia ampla, geral e irrestrita e por uma sociedade mais justa". "Estamos aqui pra levantar a cabeça, pra aprender o que é o ser humano, o que é a vida, o que é o sindicato, o patrão, as leis", disse Francisca, metalúrgica.

As mulheres metalúrgicas são 70.000 em S. Paulo. Apenas 4.800 são sindicalizadas. Dessas, 150 participaram do I Congresso.

Entre as metalúrgicas participantes a maioria é solteira, metade está sindicalizada há menos de 1 ano e 12% delas se sindicalizaram para o Congresso. Os dados configuram a dificuldade de participação das operárias casadas e a mobilização recente que o Congresso veio acelerar.

Outros problemas específicos das mulheres da categoria apareceram: a desvalorização da mão-de-obra feminina - 86,7% ganham até 3 salários mínimos; sua rotatividade - 63% tem entre 1/2 e 2 anos na categoria, mas apenas 22,6% tem entre 1/2 e 1 ano no atual emprego.

Um objetivo: vencer o medo e organizar a luta

Sábado e domingo as metalúrgicas discutiram os temas propostos: Mulher e sociedade, mulher e trabalho, mulher e saúde e mulher e sindicato e denunciaram em depoimentos muitas vezes patéticas sua situação de exploradas, porque trabalhadoras, e oprimidas, porque mulheres. Se as vezes foi difícil discutir Mulher e Sociedade porque, como disse uma metalúrgica "o nosso mundo é uma fábrica" todas tem bem claro as causas da sua exclusão social. E a pergunta que alguém colocou: "será que ser mulher é uma desgraça"? tentaram dar uma resposta: "chega de choramingar, vamos fazer o tempo para participar".

Joaquim e a rainha Rainha

Quando as congressistas analisaram sua pouca participação no sindicato, o presidente Joaquim tratou de prevenir críticas e fez mea culpa pelo desinteresse do sindicato em relação as reivindicações das mulheres, reconhecendo a crescente participação feminina na política mundial e citando como exemplo: Elisabeth, rainha da Inglaterra.

Nem a rainha salvou Joaquim: as críticas vieram: ao sindicato atrelado, a discriminação que sofrem as mulheres solteiras que não tem direito a indicar dependentes, o desencanto das mulheres recrutadas durante a greve e que não puderam votar na Assembléia porque não eram sócias, quando se sabe que muitas não se associam por medo de perder o emprego.

Paternalismo X Combatividade

Frente às críticas reapareceu o velho e caduco discurso paternalista, invocando: "o sindicato é o nosso pai" e as façanhas de Joaquim, "defensor dos trabalhadores". Boa fé e ingenuidade se misturaram com o ranço do peleguismo. Mas a resposta foi firme e unitária: "o sindicato é nosso e tem que levar nossas lutas até as últimas consequências".

Na opinião de algumas participantes a falha principal desse I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo foi a não inclusão das questões gerais da categoria na pauta de discussão e a proibição à entrada de homens (apesar da presença de muitos técnicos e diretores do sindicato). O principal mérito foi a mobilização e conscientização de boa parcela das metalúrgicas para suas questões específicas e para questões gerais que afloraram inúmeras vezes nas discussões e, o encaminhamento de formas de organização para as lutas futuras.

«Papai Joaquim já foi o tal». Ou ainda é?

Entre as denúncias, curetagem a frio



Mais de 150 metalúrgicas participaram

Quando aos problemas mais gerais foi denunciada a discriminação sofrida pela mulher, que tem início na educação diferenciada dada a meninas e meninas, segundo a qual a ela cabe um papel secundário e subsidiário na família, no trabalho, dentro do sindicato. A dupla jornada de trabalho foi apontada como uma das principais causas da pouca participação política da mulher, a nível geral e ao nível do sindicato, pois a obriga a enfrentar o cuidado da casa e dos filhos sozinho, com uma participação quase nula dos maridos nas tarefas domésticas. A ausência de creches e berçários nos bairros e empresas, apesar da CLT, a ausência de equipamentos como restaurantes e lavanderias coletivos acarreta um trabalho adicional exclusivamente da competência da mulher.

Além disso, em muitos casos há exigência de que a mulher execute dentro das fábricas tarefas não diretamente ligadas à produção como a faxina do local de trabalho o que representa um trabalho adicional: "Além da produção e do trabalho doméstico a gente tem que limpar a seção depois do trabalho, não é mais dupla jornada, é tripla".

Os relatórios das médicas Albertina Duarte e Júlia Rolano puseram em evidência as péssimas condições de saúde das trabalhadoras provocadas pelos salários de fome, a sobrecarga de trabalho, horas a fio sem interrupção na linha de montagem, a insalubridade, a intoxicação por elementos químicos sem falar nas mutilações provocadas pelo desprezo total com a segurança da trabalhadora.

As metalúrgicas denunciaram os convênios médicos só preocupados com lucros e a discriminação que sofrem quando grávidas, obrigadas a dissimular a gravidez para não perder o emprego, submetidas a trabalhos pesados, sem direito a assistência médica e depois do parto, impossibilitadas de amamentarem seus filhos porque não tem berçário nas fábricas.

E, como se não fosse suficiente, os serviços ginecológicos dos hospitais como o Hospital das Clínicas ainda punem a mulher que abortou negando-lhe anestesia na curetagem. A hipocrisia do governo obriga a mulher a ter filhos sem lhe dar condições mínimas de vida e se completa com o programa de gravidez de alto risco que distribui anti-concepcional às mulheres sem o controle médico imprescindível.

Departamento Feminino, só em assembléia geral

A grande questão do congresso foi a discussão da oportunidade da criação de um Departamento Feminino, tema que prolongou o debate até quase às 19 hs, quando diplomas e rosas foram usados para dar um "toque feminino" ao encerramento do congresso.

As discussões dos grupos e as conclusões a que chegaram atestam não apenas a consciência das mulheres acerca de suas necessidades específicas como a importância que atribuem a que sua luta seja assumida pelo conjunto da categoria. Inicialmente debateram sua visão de sindicato e a pouca expressiva participação feminina na vida sindical. Para as mulheres, o sindicato é um órgão de luta da categoria não lhe cabendo assumir tarefas assistenciais que dizem respeito ao Estado. Como disse uma metalúrgica: "num primeiro momento parece bom ter médico, mas isso desvia o sindicato de seu papel que é o de organizar a nossa luta. Quem tem que dar assistência é o governo".

A ativação da vida sindical feminina, encontra obstáculo em antigos

preconceitos de que sindicato é lugar de homem, na resistência que os homens apresentam à participação de suas mulheres, no medo generalizado de perda de emprego e em anteriores encaminhamentos dados pelo sindicato, como na campanha salarial do ano passado, quando foi proibida a participação de não sindicalizados.

Outros obstáculos são a dupla jornada, a distância e dificuldades dos transportes, mas principalmente, o "interesse da sociedade em que a mulher não seja ativa, que não participe".

A questão da criação de um Departamento Feminino no Sindicato tornou mais acalorada a discussão. As opiniões se dividiram entre as que consideravam que uma assembléia feminina devia aprová-lo e as que lutavam por sua aprovação em uma assembléia geral da categoria (proposta vitoriosa), onde não apenas o Departamento fosse aprovado mas as reivindicações específicas das mulheres fossem amplamente debatidas e assumidas também pelos homens. Como diz a Lur-

des, da coordenação, "creche não é uma luta só da mulher, é do homem também, só que eles não assumem". As opiniões se dividiram também em torno à proposta de uma comissão fechada ou uma comissão aberta (proposta vitoriosa) para encaminhar as resoluções do congresso. Entendiam as defensoras da proposta aprovada que a criação de uma Departamento Feminino só fará sentido se passar por ampla discussão nas bases aglutinando o maior número possível de mulheres em torno da luta sindical.

A questão da importância da participação feminina na campanha salarial esteve presente em quase todos os grupos. Desta vez as reivindicações específicas das mulheres deverão fazer parte do elenco das reivindicações da categoria.

Uma comissão aberta, que se reunirá no próximo domingo, dia 9, deverá encaminhar as resoluções do congresso, inclusive a criação do Departamento Feminino e organizar a Assembléia Geral da Categoria onde esse departamento será aprovado.



Não faltarão bandeiras para os trabalhadores

O projeto de reajustes semestrais dos salários proposto pelo governo tem sido encarado como um esvaziamento da atividade sindical.
Puro engano: as bandeiras, econômicas e políticas estão aí mesmo, prontas para serem empunhadas

Por Tom Duarte

Finalmente, resolveram-se todos os problemas, não só dos trabalhadores, mas também dos empresários, cada vez mais assustados e temerosos com os rumos que as mobilizações dos trabalhadores iam assumindo, radicalizando-se, investindo sobre seus lucros, reduzindo a produção com as greves, cada vez mais frequentes. "Marajás do Sul maravilha" - como certo articulista bem intencionado da dupla Isto é/República costuma chamar os trabalhadores do Sul do País - e patrões, enfim, passam a viver numa sociedade menos injusta, onde se conseguiu, felizmente, exorcizar o fantasma da luta de classe.

Depois de muito tempo, só dois acontecimentos conseguiram reunir a unanimidade de nossa grande imprensa: a posse de Delfim, no Planejamento e a convicção de que com ele a lavoura (perdão, o país) estava salvo da crise e a não menos certeza de que a nova fórmula de reajustes semestrais dos salários, (veja ao lado) significaria um duro golpe sobre o sindicalismo brasileiro que, a partir da sua implantação, correria o sério risco de desmobilização e perda do empuxe que vem mantendo, ininterruptamente, desde o início do ano.

Como se verá, é mais do que notório que sequer ao nível dos índices de reajuste, os trabalhadores ficarão sem bandeiras. Quem quiser, é só comparar os níveis dos salários reais existentes em 1964 e os atuais: no caso dos metalúrgicos de São Paulo, esses marajás das margens do Tamanduaeté e Tietê, enquanto a produtividade aumentava, no período 1965/1978 em 100 por cento, o salário real caía em 40 por cento (da mesma forma, enquanto, em 1965, um operário metalúrgico necessitava trabalhar 88 horas e 34 minutos para adquirir sua ração alimentar essencial, 13 anos passados, ele teve que aumentar o tempo de trabalho para 138 horas e três minutos).

Faltam bandeiras aos trabalhadores, ameaçados de se entregarem a uma apatia própria dos bem fornidos? Mas, ninguém se lembra mais dos 23 por cento roubados pelo mesmo Delfim Neto, em 1973? Já se esqueceu que o maior salário mínimo regional é de Cr\$ 2.268,00 e que há algum tempo os sindicatos, o Movimento do Custo de Vida, etc. exigem um mínimo nacional unificado de, pelo menos, Cr\$ 6.104,00? E o piso salarial, equivalente à mesma quantia, e que conta como um dos pontos da pauta unificada já aprovada por 32 sindicatos de São Paulo?

Faltam bandeiras? E a jornada de 40 horas, a estabilidade no emprego desde o primeiro dia, o salário substituto? Terão sido atendidos? E as creches já foram criadas nas empresas com mais de 30 funcionários?

Se fôssemos ficar apenas no nível meramente reivindicativo, a listagem seria enorme. A começar pelos próprios critérios de reajuste semestral. Como já disse o presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves, o importante, no caso, não é a periodicidade dos reajustes, mas a própria confiabilidade dos índices com que se serve o governo, é saber quem estipula esses índices, qual o acesso dos trabalhadores à sua determinação.

Por outro lado, é importante reter, que não apenas as bandeiras meramente econômicas interessam aos trabalhadores. A luta contra a estrutura sindical, a independência dos sindicatos, a criação de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT), a organização pela base, com a formação de comissões de fábricas e eleição de delegados sindicais com estabilidade, o controle dos próprios trabalhadores sobre o que é produzido pela empresa, etc., o próprio questionamento da propriedade capitalista, são bandeiras muito mais avançadas que as puramente econômicas e estão, de certa forma, todas na ordem do dia. Exceto, evidentemente, para os que acreditam que o papel dos sindicatos e do sindicalismo restringe-se apenas a barganhar por cinco ou seis por cento a mais nos salários (e até aí, como vimos, há muito pelo que se lutar).

E como já afirmou o próprio Lula: os reajustes semestrais serão mesmo ótimos. Os trabalhadores terão agora, dois dissídios anuais.

Das duas uma; ou essa nova política de reajuste salarial vem acompanhada de forte repressão ou ela será mais uma fonte de desmoralização para o governo. Parece evidente que a essa altura somente um novo 64 pode fazer valer os estreitos limites em que o governo tenta enquadrar o movimento operário. Essa fórmula, como a lei anti-greve nos serviços de utilidade pública não parece ter sido feita para vingar. Mostra o atraso do governo em relação ao compasso dos trabalhadores. Isto porque o movimento operário nas suas mais modestas pretensões se acha muito à frente da mesquinharja que o governo oferece, mesquinharja essa concedida em parte à custa dos assalariados que ganham acima de Cr\$ 10.000,00.

Bem, a fórmula todos estão cansados de saber: reajuste semestral dos salários; INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) mais 10% desse índice para quem ganha até 3 salários mínimos; INPC para os que ganham entre 3 e 10 salários mínimos; para os que ganham entre 10 e 20 salários mínimos, o INPC sobre os primeiros 10 sm e 80% sobre os demais; para os que ganham acima de 20 sm, os 20 primeiros sm terão correção idêntica à faixa dos que ganham 10 a 20 sm e 50% sobre os demais; uma vez por ano acrescentar-se-á aos aumentos uma taxa relativa ao incremento de produtividade.

Está claro, o que o governo oferece não chega a fazer cócegas nas prementes necessidades do operariado. As greves deste ano, por exemplo, se bateram por reajustes de 60, 70, 80, 90%; por prêmios salariais de 5, 6, 7, mil cruzeiros; o salário mínimo nacional que entra na pauta das reivindicações

15 anos para recuperar os salários

Por Francisco P. Cipolla



Trabalhadores: acabou-se o gás?

sindicais é de Cr\$ 6.000,00 e assim por diante. De tal forma que mesmo sem pautar seu movimento pelo que ganhavam no passado, o que os operários estão querendo é tirar de suas costas o atraso de vida legado pelo arrocho, pelo roubo de 1973, etc, etc, etc.

Em outras palavras, o movimento está quilômetros à frente da pobre anistia salarial que o governo apresenta. No final das contas, cálculos efetuados pelo professor André Calabi, do IPE, apresentam como resultados da nova sistemática de reajuste, aumentos reais entre 7 e 8% ao ano para a grande massa dos trabalhadores, isto é, para aqueles que ganham até 3 salários mínimos. Nesse ritmo os operários teriam que esperar outros 15 anos de ditadura para terem de volta o que esta mesma ditadura lhes roubou.

Do lado dos empresários é sintomático que as primeiras declarações (Paulo Franciscini e Theobaldo De Nigris) tenham sido de irrestrito apoio à medida. Do lado das empresas nada impede — o FGTS está aí para isso — que elas intensifiquem o turn-over da mão de obra que teria assim dois grandes aniversários por ano, um para cada reajuste. A rotatividade seria para as empresas, juntamente com o achatamento dos salários acima de Cr\$ 10.000,00, o meio de financiar os aumentos reais daqueles que não dançarem o turn-over. A perspectiva portanto é a de uma recrudescimento da rotatividade, com o que os trabalhadores deverão revidar uma de suas lutas mais importantes: a estabilidade no emprego, única garantia para a organização nas fábricas, em comissões, delegados sindicais, etc.

A faixa dos que ganham entre 10 e 30 salários mínimos contava em 1975, no Estado de São Paulo, cerca de 180.000 pessoas. Essa faixa terá tanto menor perda real quanto mais perto de Cr\$ 10.000,00 se situe em média. Isto pela razão evidente de que quanto mais próximo ao teto de 20 sm ganhe maior será o número de salários mínimos excedentes dos 10 primeiros que serão reajustados a 80%.

O que dizer daqueles que ganham entre 3 e 10 salários mínimos? Em 1975, também em São Paulo, eram 24% toda força de trabalho, isto é quase um milhão de pessoas. Esses não terão aumento real algum pelos índices do INPC. Receberão exatamente o índice. Restar-lhes-ia apenas a barganha em torno da produtividade. Mas aqui o mistério: como será calculado? Até hoje — VEJAM SÓ — era uma taxa fixa de 3% ao ano. É evidente que essa sistemática não conseguirá enquadrar o movimento operário. Tome-se por exemplo a greve do ABC deste ano. Os trabalhadores reivindicavam 78% e não aceitaram o escalonamento de 63%, 57% e 44% porque justamente grande número deles iriam cair na coluna do meio, entre 3 e 10 salários mínimos e receberiam apenas 57%. Suprema ironia: a nova fórmula de reajuste é uma provocação aberta aos trabalhadores mais organizados do país!

Por último, caberia salientar que os reajustes oficiais do Ministério do Trabalho estão fixos em 44% desde fevereiro deste ano, fato que não dá muito crédito ao INPC, índice que será calculado sob a regência dos cupinchas de Delfim no IBGE.

Vestuário pára no Sul

Após assembleia com três mil trabalhadores, na noite da última segunda-feira, foi decretada a greve dos trabalhadores na indústria de vestuário em Porto Alegre, reabrindo o dissídio coletivo instaurado há dois meses atrás. As principais reivindicações da categoria são 55% de aumento acima dos índices oficiais, aceitação pelas empresas de atestados médicos do Inamps e do Sindicato, fornecimento de passagens e almoço gratuitos, horas extras com adicional de 50%, delegado sindical e pagamento dos dias de greve.

Essa é a primeira greve, este ano em Porto Alegre, que atinge a indústria. Além disso, outra peculiaridade do movimento é que a categoria dos trabalhadores na indústria de vestuário é composta por 80% de mulheres, que estão em plena atividade, participando dos piquetes e das passeatas.

Patrões de arma em punho

Durante a manhã de terça-feira, foi realizada uma passeata com 6500 trabalhadores no centro de Porto Alegre e após a manifestação realizaram-se piquetes que percorreram todas as fábricas do setor. Em dois locais - na fábrica "Rainha das Noivas" e na "Confecções Renner" - houve tentativas de intimidação à ação dos piquetes.

Na noite de segunda-feira, os trabalhadores formaram uma Comissão de Greve para conduzir o movimento. A metade de seus participantes fazem parte do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário e metade foi eleita em assembleia da categoria. A Intersindical, formada pelos sindicatos mais combativos, solidarizou-se de imediato com o movimento, propondo-se a formar um Fundo de Greve para a categoria.

No final da noite de terça-feira, a avaliação era de que mais de 80% da categoria já havia aderido à greve. (Sucursal de PA)

Bancários: Porto Alegre, o estopim

Em assembleia que contou com a participação de mais de oito mil pessoas, os bancários de Porto Alegre decidiram na última terça-feira à noite entrar em greve até que suas reivindicações sejam atendidas. O movimento, que já vinha sendo organizado desde agosto, teve seu momento decisivo no dia 1º, quando a categoria declarou-se em «estado de greve».

Com o «estado de greve», a categoria deu um prazo até a última terça-feira para os patrões apresentarem um contraproposta que satisfizesse as reivindicações da categoria.

As reivindicações dos bancários de Porto Alegre continuam sendo 86% de aumento e antecipação da data do dissídio coletivo de novembro para setembro.

Na assembleia que optou pela greve — que contava com a participação de mais de 60% da categoria que possui 14 mil integrantes —, foi eleito um Comando de Greve que conduzirá o movimento. Segundo a Federação dos Sindicatos de Bancários, a greve não se limitará a Porto Alegre, podendo estender-se para o interior do Estado, com assembleias marcadas em várias cidades.

Apesar da constante ameaça de intervenção e enquadramento na lei de Segurança Nacional, a diretoria do sindicato garante que vai estar junto com a categoria, encaminhando tudo o que foi decidido de forma democrática na assembleia.

Rio de Janeiro: aguardando assembleia

No Rio de Janeiro, os bancários aguardam a assembleia geral do dia 12 para definir os rumos do seu movimento. Segundo o presidente do Sindicato dos Bancários, Ivan Pinheiro, a intransigência patronal continua e ainda existe possibilidade da deflagração de uma greve.

Os banqueiros negam-se inclusive e discutir 17 dos 20 itens das reivindicações da categoria, como a criação de creches, o auxílio para alimentação e um abono anual de cinco faltas para cada bancário.

Na última sexta-feira, os patrões haviam proposto um aumento escalonado de 60% para os que recebem até dois salários-mínimos, 55% de dois a quatro, 50% de quatro a oito, 47,5% até dez e 45% para salários maiores que dez. Os bancários, contudo, não abrem mão de sua reivindicação que vai de 20% além do índice oficial para quem ganha até três salários-mínimos, até 10% acima do índice oficial para a faixa superior aos dez salários mínimos.

São Paulo: impasse permanece

Em São Paulo, em assembleia que reuniu cerca de duas mil pessoas, os bancários rejeitaram mais uma vez a proposta patronal, embora reconhecessem a impossibilidade de deflagração imediata de um movimento grevista. Os banqueiros propõem um aumento de 15% além do índice oficial para quem ganha até 3 salários-mínimos, 10% entre 3 e 4, 8% para a faixa de 4 a 8 e um fixo de Cr\$ 907,20 para quem ganha mais de 8 salários-mínimos. Os bancários, por outro lado, continuam a reivindicar um aumento de 50% mais Cr\$ 3.000,00 fixos.

Na assembleia, a categoria manifestou-se unanimemente contra a proposta patronal surgindo divergências quanto à possibilidade da deflagração de uma greve. Enquanto alguns defendiam o imediato início da greve, a maioria optou por uma nova assembleia, a ser realizada no próximo dia 12 — no mesmo dia da assembleia dos bancários cariocas — com a continuidade do movimento independente do dissídio coletivo. A organização será intensificada e na próxima assembleia serão decididos os caminhos do movimento.



Foice e Porrete no Piquete

Há mais de um mês da movimentação grevista dos trabalhadores da construção civil que repercutiu em todo o país, o clima continua tenso na categoria em Belo Horizonte.

Os empresários da construção civil, alegando que a decisão da justiça contraria a política salarial do governo, vêm se recusando a pagar o que foi conquistado pelos trabalhadores na greve. Na verdade, esta decisão da justiça tomada num momento de forte pressão social, apresenta realmente algumas características inéditas: primeiro porque considerou legal a greve dos pedreiros; segundo, por que estabeleceu um piso salarial para a categoria; e, em terceiro lugar, porque fixou um aumento superior ao índice do governo. A reação dos empresários foi contraditória no início, mas prevaleceu a posição de impetrar um recurso contra a decisão da Justiça do Trabalho. E o Presidente do Sindicato Patronal Maurício Roscoe, já denunciado publicamente como um dos financiadores do CCC, fez publicar notas oficiais em jornais afirmando que as empresas não teriam condições econômicas para suportar o aumento salarial concedido.

Enquanto isto, mais de duas mil demissões já ocorreram nestes poucos dias, apesar de não se constatar nenhuma crise no setor da construção civil.

Entre os trabalhadores, o clima é de insatisfação e começam a explodir paralisações espontâneas em várias construções. Já na segunda-feira, várias obras da cidade industrial de Belo Horizonte estavam paralisadas. Pizarro, pelego do Sindicato que traiu a categoria nos momentos decisivos da greve do mês de agosto, diz desconhecer as paralisações e prega a espera da decisão de um recurso ao Tribunal Superior do Trabalho, impetrado pelo Sindicato. É imprevisível a generalização ou não da greve, que não conta com nenhum mecanismo de centralização alternativo ao sindicato desmobilizador.

Mas, o certo é que se ela vier terá toda a dramaticidade, violência e tensão da primeira. Segundo o relato de um peão, de uma obra do bairro Eldorado, paralisada nesta segunda-feira, a paralisação do serviço se deu com a intervenção de um piquete de operários da construção civil, armados de foice e porrete, cuja ação teve imediata receptividade pelos que trabalhavam. Se a greve estourar, todo mundo se lembre que por detrás da revolta e da insatisfação dos pedes jogam um papel determinante a intransigência e a violência constituída pelos empresários que se negam a pagar um salário justo e, ainda por cima, promovem demissões em massa.



Pedreiros podem voltar às ruas de BH

Tecelões

Os pelegos do Sindicato dos Tecelões de Belo Horizonte levaram o maior susto nas eleições realizadas no último dia 31, sexta-feira: por um triz, mesmo tendo a seu favor uma certa desmobilização da categoria, que não perdem a hegemonia sobre o sindicato, controlado por eles, há 12 anos. Embora tivessem obtido maior votação (1770 votos contra 1237 recebidos pela oposição sindical) os pelegos não levaram, pois deixaram de conseguir a maioria absoluta de votos, exigida pela mesma legislação sindical que os tem mantido nos cargos. No dia 17, tem segunda volta. E bem que os pelegos podem cair do cavalo.

Músicos da Bahia

E o pessoal que faz música, lá na Bahia, não tá mais a fim de ficar naquelas de alegrar ouvido de burgueses, assim no amor. No dia 27 de agosto os do berimbau resolveram organizar a Associação de Músicos Profissionais da Bahia. Segundo Franklin Júnior, presidente da entidade, ela nasce como uma resposta da categoria à opressão e a marginaliza-

ção sofrida durante todos esses anos, marcados pelo fechamento do sindicato em 1964 e pelo Diretório Acadêmico da Escola de Música, da Universidade Federal, em 1968. Embora tenha estruturado a Associação de acordo com o estatuto padrão da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a moçada não deixou por menos: lavrou em ata seu repúdio à essa obrigatoriedade, bem como sua disposição de lutar pela livre organização e manifestação.

O bom exemplo

A dieta do piquetão está mudando: do torresmo e do tutu à mineira, está passando para o gostinho da boa costela e do matambre assado. É que chegou a vez dos do sul, cansados de dançar xote e polca nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) se entusiasmarem com as greves. Primeiro foram os pedreiros, depois os dos transportes coletivos e de cargas, carreteiros, mineiros, do carvão, madeireiros e professores do interior. Ponto, mas não final, foi apenas para respirar.

Por exemplo, os vigilantes e guardas de segurança não deixam de maneira nenhuma o Piquetão falando sozinho.

Desde o dia primeiro de setembro, sábado, seis mil dos 12 mil que compõem a categoria estão parados totalmente: querem um piso salarial de Cr\$ 5 mil, jornada de oito horas, reajuste de 50% sobre os salários atuais, horas extras com 50% nas primeiras duas horas e 100% nas demais, estabilidade para o Comando de Greve, de um ano e de 90 dias para os grevistas.

A resposta dos patrões, até agora, além da mudez total, foi a pressão sobre os da vigília armada, pressionando os trabalhadores para que furassem a greve, trabalhando à paisana. Além disso, como fez a Empresa de Vigilância Canoense, que sequestrou um grupo de vigilantes que fazia piquetes, colocando-os dentro de uma Kombi, além de agredi-los a coronhadas de revólver.

Mas a turma nem te ligo. Prova disso foi a passeata, que, sob o aplauso da população, cerca de 400 deles fizeram pelo centro de Porto Alegre, gritando "queremos cinco mil", no finzinho da tarde de segunda-feira, dia 3. Na madrugada do mesmo dia, os grevistas que acordaram mais cedo se organizaram em 30 piquetes, encarregados de esvaziar os pneus dos carros fortes que transportam valores dos bancos, além de conseguir mais adesões.

Pelotense

Os da construção civil em Pelotas estão com a maior gana de mostrar que aquelas histórias sobre a cidade eram puro folclore, coisa de enrustido de Bagé: entra na segunda semana de duração a greve deflagrada por cinco mil pedreiros, inclusive os que trabalham em obras públicas. Já rejeitaram duas propostas patronais: a última delas até parecia desaforo pois os do capital pretendiam dar apenas 30 por cento escalonados para os serventes e 20 por cento para os profissionais. É verdade, tinha mais: o cacete que a Brigada Militar estava distribuindo em cima dos piqueteiros, tentando impedi-los de chegarem às construções.

A greve de Pelotas não se dá isoladamente: em Candiota, onde até a semana passada os mineiros do carvão estavam parados, mais de 1 200 trabalhadores da construção civil também cruzaram os braços, reivindicando melhores salários e condições de trabalho.

Chega ao campo

A "febre" grevista, como diriam os articulistas do "Estadão" chegou ao campo, no Rio Grande do Sul, atingindo, — pasmem — os pequenos proprietários agrícolas! no município de Santa Bárbara eles decidiram paralisar a produção e estacionar suas máquinas em frente à agência local do Banco do Brasil, caso não forem atendidas suas reivindicações, principalmente o reajuste do preço do trigo, numa clara demonstração que nem tudo é euforia com a política agrícola do dr. Sardinha. Eles enfrentam, inclusive a moderação do presidente do Sindicato Rural de Carazinho (terra do homem que chega no dia seis), que está propondo — mais uma vez, o diálogo com o governo.

Cachorrada

E a greve dos camioneiros se alastrou mesmo por todo o Estado. A perspectiva é de que ela se mantenha enquanto os patrões em geral não assumirem os termos do acordo firmado entre o Sindicato da Indústria de Adubo e o Sindicato dos Condutores Autônomos, fixando um reajuste de 30 por cento sobre os fretes.

Finalmente, uma má nota, dada pelo pelego Otelo Oliveira da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores

na Empresa de Transportes Coletivos e de Carga de Porto Alegre. Tanto o "Otolo" fez que acabou convencendo o comando de Greve a terminar com o movimento reivindicatório, desencadeado na semana passada. Ao invés dos Cr\$ 8 mil para motoristas, Cr\$ 6 mil para ajudantes e 70% para conferentes, o pessoal acabou ficando com Cr\$..... 5.500,00 para os motoristas e Cr\$ 3.500,00 para os demais.

Divinópolis

Depois de 20 dias em greve, os operários metalúrgicos de Divinópolis-MG iniciaram a volta ao trabalho. A greve havia sido considerada ilegal no julgamento do dissídio da categoria pelo TRT, na quarta-feira(29/8), mas, mesmo assim, os trabalhadores decidiram, em Assembléia Geral do mesmo dia continuar o movimento. No entanto, a decretação da ilegalidade e o prolongamento demasiado da greve acabou por ir pouco a pouco vencendo a resistência dos trabalhadores. Isto porque, além de não contar com um sindicato combativo, os trabalhadores foram vítimas de uma violenta repressão policial, que culminou com a morte de Benedito Gonçalves. Além disso, com o bloqueio das contas do sindicato, determinado pelo DRT, os operários passaram a ter que enfrentar o espectro da fome, que nem a mobilização da população para o fundo de greve conseguiu superar. De todo modo, a firmeza e a disposição de luta demonstrada pelos operários, determinou que as empresas, isoladamente, aceitassem a negociação. Assim, na sexta-feira(31/8) quando cerca de 3.000 operários já haviam voltado ao trabalho, na Pains prosseguia a greve. A noite foi realizada uma Assembléia da empresa, tendo sido aprovada uma contraproposta dos patrões. A contraproposta estabelecia: um antecipação de Cr\$ 1.000,00 para quem ganha até Cr\$ 5.000,00; de Cr\$ 800,00 para quem ganha de Cr\$ 5.000,00 a Cr\$ 10.000 e de Cr\$ 700,00 para quem ganha de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 20.000,00. Em novembro com a campanha salarial da categoria, a coisa pode pegar fogo de novo.

Cariocas

Os metalúrgicos cariocas não estão nem aí para os semestrais do governo: só querem saber de receber, já, um aumento de 83 por cento, um mínimo de Cr\$ 6.114,00, estabilidade para os delegados sindicais e comissões de fábrica e semana de 40 horas. Essas reivindicações, aprovadas na assembléia realizada no dia 24 de agosto, já foram apresentadas aos patrões. Os trabalhadores, que elegeram uma comissão de 104 membros, dividiram o Rio em 13 áreas de concentração, para facilitar a tarefa de organizar e mobilizar a categoria até o dia 11 de setembro, quando realizarão nova assembléia (na primeira tinha três mil trabalhadores) para decidirem se entram ou não em greve.

Paulistas

Enquanto isso, continua a todo o vapor a campanha dos metalúrgicos da Capital, Osasco e Guarulhos. Em São Paulo, depois de quase duas dezenas de reuniões setoriais, acaba na quinta, dia seis, a primeira fase da mobilização, com a mini-assembléia que reunirá, na sede do Sindicato, os trabalhadores de fábricas situadas na área próxima à zona central (Mooca, Braz, Cambuci). Depois disso, o sindicato e a oposição sindical partirão para a intensificação da distribuição de convocatórias e realização de mini-comícios nas fábricas, chamando os trabalhadores para a assembléia geral, que se realizará no do-

mingo, 16, no Cine Piratininga pela manhã. Aí, os metalúrgicos decidirão qual a pauta definitiva de reivindicações que entregarão aos patrões, organizados, mais uma vez, no famigerado grupo 14, que reúne 22 sindicatos patronais do setor, além de eleger o Comando de Luta.

Em Osasco, a assembléia geral também está prevista para o dia 16. Antes, serão realizadas mais três assembléias setoriais em Cotia, Jandira e Taboão da Serra. Ainda não se pode prever qual as principais reivindicações a serem assumidas pelos quase 400 mil metalúrgicos das três cidades. De concreto, apenas a proposta das direções sindicais que, inclusive, modificaram a indicação anterior (50 por cento de reajuste, três mil fixos e piso salarial de Cr\$ 7.200,00). Orientados por alguns economistas, os sindicalistas estão propondo às suas bases uma pauta bem menos ambiciosa: piso de Cr\$ 6.104,00, aumento de 50% sem desconto da antecipação recebida em maio e reajuste mínimo de Cr\$ 3 mil (isto é, nenhum trabalhador receberia menos de Cr\$ 3 mil de reajuste. Por exemplo, quem ganha hoje Cr\$ 4 mil, ficaria com o salário de Cr\$ 7 mil, ao invés de Cr\$ 6 mil caso fosse aplicado apenas os 50 por cento sobre o salário atual). O que é bem diferente de 50 por cento mais Cr\$ 3 mil.

Jornalistas

Reunidos nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, os jornalistas do Centro-Sul, divulgaram a Carta de Juiz de Fora (cidade onde foi realizado o encontro), quando renovaram sua determinação de continuar a luta pela verdadeira democracia "que supõe a existência de ampla liberdade de associação, de imprensa e de manifestação do pensamento". Ao mesmo tempo, protestam contra a escalada repressiva do governo, principalmente contra os movimentos reivindicatórios, intervindo nos sindicatos bancários de Belo Horizonte e Uberlândia, além da Sociedade Estadual de Professores, no Rio de Janeiro, bem como repudiam o ante-projeto da CLT enviado ao Congresso pelo governo.

Já no campo profissional, os sindicatos de jornalistas (Minas Gerais, Juiz de Fora, São Paulo, Porto Alegre, Paraná, Espírito Santo, município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Alagoas) e Federação Nacional se manifestaram contra a criação de uma agência de notícias nacional formada pelos principais diários do país (Estadão, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo, entre outros) não só como forma de controle da informação, mas como instrumento para intimidar os jornalistas durante movimentos grevistas. Querem também, um aperfeiçoamento do regulamento profissional (eliminando exigências absurdas como folha corrida, atestado de antecedentes, etc) além de um salário mínimo nacional equivalente a seis vezes o maior salário mínimo vigente no país.



Vai ter gente dormindo pelo chão, no 1º Congresso dos Metalúrgicos de Osasco (de sete a nove de setembro). Cerca de 230 trabalhadores já confirmaram sua presença, lotando, com isso, as acomodações da colônia de férias de Caratutuba.

Desigualdades desiguais

Renato Janine Ribeiro e Leon Kossovitch

Resenha do livro *Rousseau: uma arqueologia da desigualdade*, de Olgária Matos (Editora MG, 1979), que debate, com o renomado pensador francês, a origem da desigualdade social.



Devemos ressaltar, no livro de Olgária Matos, o movimento que articula os seus temas: como, partindo da arqueologia da desigualdade proposta por Rousseau, chega-se à crítica desta mesma arqueologia. Em *Rousseau: uma arqueologia da desigualdade*, a análise exaustiva do *Discurso sobre as Origens da Desigualdade* é efetuada tendo em mira não só o conjunto da obra do filósofo, mas sobretudo a sua inscrição no horizonte do pensamento político do nosso tempo.

Considerando as leituras contemporâneas - Althusser, Bento Prado Júnior, Derrida, Laynay, Starobinski -, Olgária faz o balanço teórico e político da questão de Rousseau: quais são as origens e fundamentos da desigualdade entre os homens? As oposições de natureza a artifício, de presença a representação, de visibilidade a alienação, são as estações de um percurso que culmina na análise das contradições - políticas - do discurso de Rousseau. Com efeito, o Estado ideal vislumbrado no *Contrato Social*, a educação do *Emílio*, os projetos de governo para a Córsega e a Polônia são colocados na perspectiva desta indagação primordial, que mais aproxima Rousseau do pensamento revolucionário posterior, de Robespierre a Marx.

Estes parentesco é conhecido: Engels já o assinalou; por outro lado, não são novas as restrições a tal aproximação - porque, a par dos conteúdos "revolucionários", há de Rousseau incontáveis textos "conservadores". A força de *Uma arqueologia da desigualdade*, no entanto, está em movimentar os textos a partir de um enfoque político, sem tomar partido entre um Rousseau revolucionário ou conservador. É assim que se revela a ambigüidade de passagens do filósofo, que na perspectiva de Olgária Matos não decorre de uma insuficiência conceitual qualquer, mas é a contradição mesma de um pensamento político preso pelo moralismo.

Daí, o duplo sentido em que se pode ler o título: há uma arqueologia da desigualdade, a de Rousseau, mas existe também outra, que não só revolve a primeira como marca os seus limites - a da Autora. As duas arqueologias são, porém, simultâneas: o procedimento de Rousseau só se manifesta em decorrência da visada política da sua leitora, mas, ao mesmo tempo, é o *Discurso sobre as Origens da Desigualdade* que orienta essa própria visada. Seguem ambas um itinerário comum, que é oferecido à nossa apreciação de leitores de Rousseau e desta *Arqueologia*: é o advento pausado da desigualdade, entendido como passagem do silêncio expressivo do gesto, ao silêncio opressivo da vida em sociedade. E a leitora-autora modula o seu livro segundo os avanços e recuos, os acordes e tempos do texto de Rousseau: "O claro-escuro do *Discurso* impede a visão, e o que transporece, desaparece" (p. 17).

Era uma vez Anais Nin

Rachel de Andrade

Resenha do livro *Delta de Vênus Erótica*, de Anais Nin. (Arte Nova, 1979). Este livro foi escrito sob encomenda de um colecionador de textos eróticos; hoje é considerado como uma das obras-primas no gênero.

Era uma vez uma contadora de fábulas. Como toda contadora de fábulas, não gostava de imaginar, mas de brincar de imaginar. Essa é a primeira marca visível em *Delta de Vênus-Erótica*, o livro de fábulas de Anais Nin, lançado, agora, pela Arte Nova. As histórias de Anais Nin sequer dispensam o belo movimento inicial... "era uma vez", deixando, no entanto, em pesada omissão, a "moral da história". Não se poderia dizer que seu estilo brilhe; isso se deve a que, o que "brilha" é a forma como expele, quase que por ato de obrigação, suas imagens. É uma escritora de imagens, e o modo como as esculpe, cinematograficamente, leva o leitor a um ponto suave onde tudo se detém.

Literatura erótica, diz-se, a escrita por uma mulher. O interesse maior residiria aí? Talvez. As tramas eróticas de Anais Nin mostram-se com limpa objetividade exibicionista, adequada ao propósito de servir-las a um colecionador que lhe havia encomendado, mediante pagamento, esse trabalho. O leitor não-colecionador, se é que existe, percebe claramente tal fato. Brincando de imaginar a autora trabalha com seu instrumento favorito, isto é, forçar as circunstâncias para o encontro entre dois corpos que se exploram até a exaustão. As ondulações de um ventre, ao mesmo tempo que expulsam qualquer colorido existencial na narrativa, ficam convertidos na tensa linearidade de uma realidade crua e lúcida.

Anais Nin fabrica seu erotismo com os padrões mais explícitos com que se fabrica os condimentos do erotismo, chegando mesmo a abusar desses padrões: um corpo de homem, firme, atlético, pele dourada - um corpo feminino, extremamente branco, macio, permeável; o homossexual passivo, arredondado, pele quase infantil - o "partner" autoritário, anguloso, imperioso; seios grandes, cinturas estreitas - mãos grandes que apertam e estreitam.

Tudo ou nada

Deixando em liberdade sua prosa para acumular fatos tomados das fábulas sexuais de todas as épocas, a escritora vincula-se a uma proposta de mostrar o sexo com requintes de crueldade. Sexo é destruição, resistência, total passividade, ou então, mistério envolvente. E no mistério aparece a perigosa tenacidade dissolvente com que se estruturam as realidades eróticas. Por isso Anais Nin se permite falar nos silêncios das entrelinhas, e uma literatura onde o jogo amargura-piedade é permanente, pode aparecer, agora menos compromissada com o "coleccionador". Este, então, é que resvala, pois ao querer burlar a "literatura" é burlado por esta.

Homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, afinal, qualquer que seja a forma de relação, é pela dor e indiferença que os automatismos da vida acabam transparecendo. Nem quando há uma procura de amor acompanhando a mulher, esta deixa de sucumbir aos próprios vícios, aos próprios masoquismos, aos seus antigos fantasmas.

Difícil acreditar, como querem muitos, que Anais Nin seja "feminista". Ou será que, tão simplesmente, podemos desenhar a figura masculina como vaidosa, autoritária, arrogante, sádica e inferir daí que a mulher é um mero objeto de prazer, fatalmente dominado? O que a autora deixa em aberto, é a perturbadora possibilidade de a mulher poder tornar-se cônica de fragmentos de seu próprio ser, exatamente através das mãos autoritárias de um homem ou dos beijos enlouquecedores de uma mulher.

A impressão que fica ao final é a de uma alma suave, quase romântica, que conta com amargura o pouco, ou quase nada, que se pode esperar do contato entre as pessoas. O erotismo, assim, retorna ao lugar de sempre, ali onde o colocou o exercício remoto e fabulístico da imaginação como jogo. E Anais Nin parece dizer: "e poderia ser diferente?". Para uma escritora que exilou a mensagem de sua fábula, não é pouco supor que a lição final é aquela que nos diz que a felicidade, numa relação amorosa, seria o anormal, o extraordinário.

FEIRA DE POESIA

PAULO HENRIQUE OLIVEIRA DA ROCHA LINS, 31 anos, carioca, condenado a 11 anos e 9 meses. Está preso há 9 anos. PH, como é chamado pelos companheiros da Frei Caneca, no Rio, foi preso aos 21 anos; amadureceu na cadeia. No entanto, seu poema não é lúgubre, nem amargo: é amoroso e livre, preocupado com os problemas do ritmo e da expressão.

Sem título

Poesia cujos tempos espaços da estrofe atravesso comedindo o verbo medindo o verso que eu quero puros pela eternidade

Poesia cujos companheiros poetas populares amados poetas da saga do povo que arrancam trovas nas memórias dos bares garis desta idade trágica que por ruas duras de passantes silenciosos descobrem nas faces o escândalo que a palavra provoca agarrada nas cordas da viola e cantam rimas de improviso

Poesia de outros companheiros particulares poetas também estraçalhados poesia poesia eu quero reunir a todos todos os poetas do mundo reunidos entre carradas de rosas e estrelas e coisas delicadas que nos matam na intenção de cada verso

Poesia eu também te peço a ti por companheira nas manhãs do sol poente por mulher infiel em todas amei-as da minha vida

Soneto

Companheiro tire este olhar furioso pelo "descompromisso" da minha poesia eu sou um gato na lixeira enorme me divertindo com quinquilharias meu poema é o enterro de uma era que construímos no labor diário são esforços de reuniões combates cárcere é a palavra de ordem que ditamos. Não tenho o dom de parecer a ave agouro que aparece e canta todo companheiro assassinado de manto preto e crâneo roxeado eu prefiro escolher do homem confuso os labirintos o corpo da mulher que me emociona e nutre os temas que a memória desvirtua.





PC não contava com o golpe de 64

O despreparo do PC diante do golpe militar. A realização do VI Congresso. Os rachas de Marighella, Jover Telles, Mário Alves. O surgimento da ALN, das dissidências, do PCBR...

Por Marco-Aurélio Garcia

Em fevereiro de 1964, o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro aprovava os documentos para a convocação do seu VIº Congresso, fixando sua realização para o mês de novembro do mesmo ano.

A 27 de março, o semanário *Novos Rumos*, órgão oficial do CC publicava um *Suplemento Especial* no qual vinham estampadas as *Teses para Discussão*. É muito provável que a maioria dos militantes não tenha tido o tempo necessário para ler o longo documento transcrito neste nº 265 do jornal do PC e que viria a ser o derradeiro de sua história. Cinco dias depois o presidente Goulart seria derrubado, o poder real teria passado aos ministros militares e começaria uma implacável caça aos comunistas em todo o país.

O fato é extremamente revelador da incapacidade de análise que a direção do PCB revelara no que se refere à evolução da conjuntura política nacional, deixando-se totalmente surpreender pela marcha dos acontecimentos.

Num Volkswagen

A verdadeira situação do PC se expressou não somente no sentimento de perplexidade política que atravessou seus dirigentes e militantes durante e depois do *putsch*, mas, igualmente, no despreparo material em que se encontrou uma vez consumado o golpe.

Vem de mais de uma fonte, inclusive de membros do Comitê Central daquela época a informação de que Luís Carlos Prestes passou sua primeira noite de clandestinidade após o golpe no interior de um *Volkswagen*, na falta de um "aparelho" mais adequado à sua segurança.

Pouco mais de uma semana após o golpe, mais precisamente a 9 de abril, a política descobriria, em uma das múltiplas "batidas" realizadas em casas particulares em São Paulo, uma grande quantidade de cadernetas pertencentes a Prestes, nas quais o secretário-geral do PCB anotava regular e minuciosamente as mais diversas reuniões de seu partido e os contatos que ele estabelecia com personalidades políticas de outras tendências. Ademais da grande quantidade de informação política que as "cadernetas" propiciaram aos organismos policiais, permitindo o indiciamento mais tarde de cerca de 70 pessoas em Inquéritos Policial-Militares, a apreensão das anotações do secretário-geral ofereciam publicamente uma lamentável imagem de uma organização que, nos seus então cinquenta anos de existência havia desfrutado somente uns dois anos de legalidade, e que passava por ser muito rigorosa no trato das questões conspirativas.

Situação nova

O caráter fulminante da derrota e o despreparo revelado pelo PC teve efeitos importantes na vida do partido nos primeiros meses depois do golpe.

Talvez o mais significativo tenha sido o enfraquecimento do papel de Prestes no interior da direção, aonde ele exercia uma liderança incontestável desde os anos quarenta.

As próprias dificuldades de circulação do secretário-geral permitiram uma maior descentralização do poder e é neste fato que se deve buscar a explicação

para o conteúdo do primeiro documento entregue aos militantes após a queda de Jango: um "Esquema para discussão", elaborado pela Comissão Executiva, dando um peso muito grande à parte *autocrítica* e enfatizando sobremaneira os "erros de direita" cometidos pelo PC antes de 1º de abril. Sobre este texto existe uma convergência de informações que atribuem sua aprovação pela C.E. ao papel nela desempenhado por Mário Alves. Mário, juntamente com Jacob Gorender, já haviam expressado suas reservas em relação à linha seguida pelo Partido antes mesmo do golpe, denunciando o "seguidismo" da maioria da direção frente à burguesia nacional e enfatizando a necessidade de combater igualmente o caráter conciliador desta.

Pouco tempo depois da publicação do Esquema, Mário Alves, Ivan Ribeiro e Leivas Otero, todos membros do CC, seriam presos em uma casa no Rio de Janeiro. Da mesma forma, Carlos Marighella também do Comitê Central, havia sido detido antes - a nove de maio - num cinema do bairro da Tijuca (ver box). A prisão de Mário iria repercutir na evolução do PC.

Já em outubro de 64, a análise da direção, ainda que sublinhando que "o Partido como um todo, e a direção em particular, vivendo de ilusões, (havia) depositado demasiada confiança no comando do Exército", afirmava, igualmente, que "falhamos em combater o aventureirismo de alguns grupos de es-

querda". Insistia, no entanto na tecla de que "os acontecimentos nos tomaram de surpresa" e que a organização estava "despreparada não só para fazer-lhes face, como para continuar nossa atividade de forma segura e eficiente à luz das novas condições do país". Neste texto ainda se encontrarão referência as "ilusões de classe" ou ao "seguidismo frente à burguesia nacional".

A volta de prestes

Esta situação não duraria muito e em maio de 1965, 13 meses após o golpe de Estado, realizava-se, clandestinamente, em São Paulo, a primeira reunião plenária do CC desde a vitória dos militares.

A *Resolução Política* aprovada pela maioria dos 32 membros presentes relativiza a autocrítica anterior e, o que é mais importante, especifica qual deve ser a *tática* a seguir. O objetivo do PCB passa a ser "isolar e derrotar a ditadura e conquistar um governo amplamente representativo das forças anti-ditadura". Não se fala mais em *derrubar* a ditadura, mas em *isolá-la e derrotá-la*. E aqui não se trata somente de um problema semântico...

Igualmente expressivas passam a ser as modificações introduzidas na direção, sobretudo a exclusão de Mário Alves que havia sido solto e de Jover Telles da Comissão Executiva. Ora, Mário e Jover, que guardem suas funções no CC, eram dois porta-vozes das posições de esquerda no interior desta importante instância do Partido.

"Porque resisti à prisão"

(Carlos Marighella)

Os frequentadores do cinema *Eskye-Tijuca*, no Rio de Janeiro, que no sábado, 9 de maio de 1964, tinham ido à *matinée* para ver *Rififi no Safari*, acabaram tendo maiores emoções do que a medíocre *chanchada* com Bob Hope poderia propiciar.

Carlos Marighella, sentindo-se seguido pela polícia e tentando despistá-la havia entrado no *Eskye*, mas, pouco depois, os agentes irrompiam na sala e com as luzes acesas davam o "teje preso" ao ex-deputado comunista. Marighella levantou-se e começou a gritar "abaixo a ditadura fascista", "viva o Partido Comunista", sendo alvejado incontinenti pelos agentes do DOPS que foram prendê-lo.

Meses depois, o próprio protagonista destes acontecimentos contaria com detalhes o incidente em um pequeno livro: *Porque resisti à prisão*.

O interesse do texto de Marighella — hoje uma raridade — vai além, no entanto, da descrição das peripécias de sua prisão e de seu posterior interrogatório. É isto explica, talvez, porque o livro levou um

cert) tempo para receber o *imprimatur* da direção do Partido Comunista.

É que em *Porque resisti à prisão*, editado em 1965, o dirigente comunista expressa determinadas opiniões sobre o comportamento do PCB antes do golpe que, não só eram compartilhadas por Prestes e pela maioria do Comitê Central, como, naquele momento estavam no centro de uma polêmica que atingia o próprio CC. No entanto, a crítica de Marighella era ainda moderada, se comparada, sobretudo, com as posições que ele iria adotar publicamente a partir de dezembro de 1966.

"Adotando, no fundamental, uma linha correta — escreve ele nas últimas páginas — chegamos ao movimento de massas que se desenvolveu sob o governo de Jango e que — sob a bandeira das reformas de base — colocou a nação diante do "Caminho Brasileiro" da Mensagem Presidencial dos idos de março.

"Este caminho significava a marcha para as reformas através da pressão

pacífica do movimento de massas sobre o Parlamento, por sinal refratário a qualquer mudança de estrutura na base econômica do país. Era um caminho sob a hegemonia da burguesia nacional.

"A grande falha deste caminho era a crença na capacidade de direção da burguesia, a dependência da liderança proletária à política efetuada pelo governo de então. A liderança da burguesia nacional é sempre débil e vacilante. Ela é destinada a entrar em colapso e a capitular sempre que do confronto com os inimigos da nação surja a possibilidade da passagem do poder ao controle direto ou imediato das massas".

Defendendo que a "aliança com a burguesia nacional é uma necessidade na conjuntura histórica brasileira", Marighella ressaltava que "a liderança tinha ilusões quanto ao evidente perigo do golpe, denunciando-o várias vezes, embora a isso não se seguissem medidas capazes de enfrentá-lo". "Fazia-se uma apreciação errônea do processo de radi-

O PC passará a apostar nas eleições que se anunciam. Em outubro 65, quando os candidatos das ditaduras são batidos nos pleitos para os governos da Guanabara e de Minas Gerais, ainda que pelos moderadíssimos, Negrão Lima e Israel Pinheiro, respectivamente, a direção exulta e anuncia em um comunicado que se abre um novo período político.

A nota teve de ser recolhida às pressas, pois o governo decretaria, dias depois, em outubro mesmo, o Ato Institucional nº 2, liquidando os sonhos de uma "abertura" imediata.

O PC não modificaria sua linha, no entanto, passando a apostar então nas eleições previstas para 1966. É exatamente em torno da orientação eleitoral para o pleito parlamentar deste ano que se dará a primeira cisão significativa do pós-64, anunciando o início de uma profunda crise. A esmagadora maioria dos universitários do PC na Guanabara se recusa a acompanhar o partido na sua política eleitoral e são expulsos de suas filas. Eles mantêm-se organizados e ativos na chamada Dissidência da Guanabara, que mais tarde dará origem ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro, o MR-8. Mas os conflitos maiores ainda estão por vir e se insinuam não somente nas manifestações repetidas de descontentamento nas bases, sobretudo no Rio, em São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco, como atingem mesmo a direção máxima do PCB.

calização política no Brasil, deixando-se de levar em conta que o aparecimento de grupos radicais pequeno-burgueses de esquerda é um fato objetivo — sintoma do descontentamento provocado pela crise social e a ineficiência da ação dos governantes. O único que se impunha — como recurso tático acertado — era aceitar a realidade e, através de uma análise concreta, denunciar a gravidade da situação, tratando de alertar e preparar as massas para resistir ao desencadeamento da reação e do golpe que viria, como veio. Seria uma atitude revolucionária de luta, a única aliás, compatível com o exercício da liderança de massas e a conquista da hegemonia".

Mais adiante suas palavras tinham um forte componente (auto)crítico:

"Havia também falta de clareza e de força (por falta de intensivo e ininterrupto trabalho de base) para levar a termo a frente única e dar desenvolvimento ou consequência à frente de mobilização popular, onde se encontravam os aliados radicais da esquerda, e preponderava a confusão".



O VI Congresso revive o passado

Quando, em janeiro de 1966, o Comitê Central realiza a discussão preliminar do documento que servirá de base para a nova convocação do VI Congresso, originalmente previsto para novembro de 64, mas adiado em função do golpe, não só algumas vozes no CC se opõem à linha proposta por Prestes, como dois de seus membros — Jover Telles e Mario Alves — apresentam uma posição alternativa. Ambos são, uma vez mais, derrotados e em junho do mesmo ano, o CC aprova oficialmente o documento, convocando o Congresso.

A orientação adotada pelo documento revive os grandes temas do pré-64, simplesmente adaptados às novas condições criadas pelo golpe. A luta contra a ditadura militar é apresentada como "expressão atual da luta antiimperialista e anti-feudal" e os objetivos perseguidos são, segundo as Teses, a independência nacional, o desenvolvimento econômico e a democracia.

Do ponto de vista tático, igualmente, as teses não inovam. Trata-se de mobilizar, unir e organizar a classe operária e outras forças patrióticas na luta contra a ditadura", o que passa pela constituição de uma ampla frente, incluindo "setores das classes dominantes, opostos ao regime militar". As Teses dão base, assim, em termos imediatos, à **Resolução Política** adotada na mesma reunião que advoga um apoio ao MDB, "cujo programa de luta corresponde às exigências das forças populares". A médio prazo, elas dão respaldo às articulações que se farão no ano seguinte buscando a formação da "Frente Ampla" integrada por Juscelino, Lacerda e Jango e na qual o PC depositará tantas esperanças.

A despeito do verdadeiro terremoto político que sacudirá o PCB durante os meses que se seguem à publicação do projeto de Teses, estas serão aprovadas pelo VI Congresso, finalmente realizado em dezembro de 67 e que definiria, em anexo à **Resolução Política**, uma **Plataforma** defendendo a abolição de toda a legislação de excesso e a restituição das liberdades democráticas, a realização de eleições livres, a necessidade de uma nova Constituição, a anistia, a defesa das riquezas nacionais e a exigência de um desenvolvimento econômico independente, a melhoria das condições de vida da classe operária e a implementação parcial da reforma agrária, e, finalmente, uma política externa de defesa da soberania nacional e de respeito à autodeterminação dos povos.

O Partido que realiza este VI Congresso e aprova esta linha é radicalmente distinto daquele que o convocou.

A contestação generalizada

Em dezembro de 1966, Carlos Marighella, provavelmente o mais popular dirigente do PC depois de Prestes, pede demissão da Comissão Executiva, da qual era membro. Em sua carta ele historia suas divergências com a orientação dominante depois de longo tempo no CC, enfatizando a passividade e o caráter burocrático da direção, ao mesmo tempo que denuncia seus métodos de "intimidação ideológica". Sua posição se expressa mais precisamente, quando ele afirma estar "pronto a participar da luta revolucionária com as massas, levantando como alternativa a luta armada.

Mas as coisas não param aí. Marighella parte para Cuba e participa em fins de julho começos de agosto na Conferência da OLAS (Organização Latino-americana de Solidariedade) na qual o gradualismo e o pacifismo dos partidos comunistas do Continente é violentamente denunciado, em primeiro lugar pelo próprio Fidel Castro, e aonde a luta armada é apontada como a forma central de luta dos povos.

A reação da direção prestista não se faz esperar. Em setembro 67, o Comitê Central decide expulsar Marighella e Jover Telles do PCB e suspender a presença de alguns delegados já escolhidos para participar no Congresso.

Outras dissidências

A expulsão de Jover não obedece às mesmas razões da de Marighella. Este desenvolvia uma ação relativamente solitária no CC, como atesta sua decisão unilateral de renunciar à Comissão Executiva. Sua base fundamental ao Comitê Estadual de São Paulo, cuja militância o acompanhava em seus passos políticos. O único membro do Comitê Central que o seguiria Joaquim Câmara Ferreira, era conhecido entre seus camaradas como **Toledo**, ex-deputado comunista na Constituinte de 1946.

Jover aparecia mais ligado à chamada "**Corrente**", integrada por vários membros do CC e que tinham uma forte influência em alguns Comitês Estaduais importantes, como os de Minas, Guanabara, Estado do Rio e em vários pontos do Nordeste. Esta "**Corrente**" estará na origem do **PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário)** da qual Jover Telles se separará mais adiante para ingressar no PC do B. (Para muitos, Telles sempre foi militante do PC do B, só não tendo rompido em 1962 para tentar ganhar futuras dissidências. Quando ele viu que a "**Corrente**" não estava disposta a fundir-se com o partido de Pomar, Grabois e Amazonas, decidiu romper com o PCBR sendo seguido por um pequeno grupo de militantes).

Se as divergências de Marighella se resumiam quase que exclusivamente às questões de método — o que aparece nas suas críticas ao "pacifismo" e à "inércia" do PC — a "**Corrente**" buscava articu-

lar uma linha política alternativa mais global. Não só criticava a priorização da luta legal, à qual a "**Corrente**" opunha a necessidade da "guerra popular", mas, igualmente, o próprio "caráter da revolução", para o PCB anti-feudal, anti-imperialista, nacional e democrática, era criticado pelos que dariam origem ao PCBR.

Outras dissidências iam em uma direção diversa. Somavam a crítica ao "pacifismo" do Partidão à sua visão "etapista" da revolução. Influenciados pelas teses da **Polop (Organização Marxista Revolucionária Política Operária)** e por textos de vários horizontes como os de Trotski, Caio Prado Jr. e do economista Andres Gunder Frank, além dos escritos mais recentes de Guevara, definiam que a "revolução brasileira era socialista", negando a existência de um feudalismo no país ou mesmo de uma burguesia nacional que fosse, mesmo objetivamente, anti-imperialista.

Além da **Dissidência da Guanabara**, se enquadravam neste campo a **Dissidência Leninista** do Rio Grande do Sul, que rompeu em 67 levando a maior parte dos militantes do PCB naquele Estado, ou grupos de São Paulo e do Estado do Rio.

Dinâmica centrífuga

O processo de esfacelamento do PCB, que a realização do VI Congresso não conseguiu esconder não teve, no entanto, como contrapartida uma dinâmica convergente dos setores que dele se desprenderam. Foi antes uma tendência centrífuga que se impôs, fazendo com que as diferenças se estabelecessem mais pela referência política-ideológica geral que inspirou os movimentos das frações do que,

propriamente, por divergências mais substantivas no enfrentamento das questões colocadas pela conjuntura de 67/68.

Mesmo quando as diferenças apareciam como "práticas" — por exemplo entre os que defendiam uma concepção tradicional de partido revolucionário e os que priorizavam a necessidade de um destacamento militar para iniciar a luta armada, em especial a guerrilha rural — o conflito se deu essencialmente no plano das teses gerais e não de uma prática suficientemente expressiva a partir das referências teóricas.

Como veremos mais adiante, deu-se nesta atomização das esquerdas entre 67 e 68 a convergência de dois fatores: de um lado, uma diversa apreciação da conjuntura que vivia o país — ainda que nem sempre esta avaliação fosse expressa — e, de outro, uma distinta relação com a herança política que o PCB havia legado. Distintos ajustes de contas são feitos — mais ou menos profundos — todos insuficientes, no entanto.

O movimento revolucionário mundial atravessava uma grave crise já naquele momento. Guevara, na sua mensagem à Conferência Tricontinental, denunciara a "solidão" da revolução vietnamita, e ele, também solitário nas montanhas bolivianas, clamara pela constituição de "novos Vietnãs", a fim de que se pudesse fundar um novo internacionalismo.

Seu projeto fracassaria na manhã de um 8 de outubro de 67, em Vallegre e o Partido Comunista Brasileiro poderia falar então em um "Guevara aventureiro, cego por suas próprias ilusões."



Mario Alves



Marighella



Guevara

Da convocação às expulsões

1964

fevereiro — O Comitê Central do PCB decide convocar o VI Congresso para novembro 1964 e aprova as **Teses para discussão**

27 de março — O seminário **Novos Rumos** publica as Teses do VI Congresso

1º de abril — Golpe de Estado. Goulart é derrubado da presidência.

9 de abril — Polícia apreende as cadernetas de Prestes.

15 de abril — Castelo Branco toma posse na presidência da República.

9 de maio — Carlos Marighella é preso no Rio de Janeiro.

13 de maio — O Brasil rompe relações com Cuba.

8 de junho — Juscelino tem seu mandato de senador cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos.

julho — A Comissão Executiva do PCB difunde o **Esquema para Discussão**, o primeiro documento de análise política posterior ao golpe de Estado.

9 de outubro — Fim da vigência do Ato Institucional N° 1.

Dezembro — Conferência dos Partidos Comunistas Latinoamericanos, em Havana.

Na resolução final há um chamamento ao fim da polêmica pública entre o PC soviético e o PC da China.

1965

abril — Intervenção norte-americana na República Dominicana.

22 de maio — Governo Brasileiro envia tropas à República Dominicana.

maio — Primeira reunião do CC do PCB depois do Golpe.

27 de outubro — Castelo edita o Ato Institucional n° 2

26 de novembro — criação do MDB.

1966

janeiro — Reúne-se em Havana a Conferência Tricontinental.

O Comitê Central do PCB realiza uma sessão plenária na qual faz uma discussão preliminar das Teses para o VI Congresso.

4 de janeiro — Costa e Silva anuncia ser candidato à presidência.

8 de junho — MDB decide abster-se nas eleições presidenciais (indiretas)

3 de outubro — Costa e Silva eleito presidente.

21 de novembro — JK e Lacerda se encontram em Lisboa. É o começo público da Frente Ampla.

dezembro — Marighella renuncia à Comissão Executiva de PCB.

1967

15 de março — Costa e Silva toma posse na presidência da República.

agosto — Reúne-se em Havana a Conferência da Organização Latinoamericana de Solidariedade (OLAS). Carlos Marighella dela participa contra a orientação do PCB, que não foi convidado para o evento.

setembro — Carlos Marighella e Jover Telles são expulsos do PCB.

8 de outubro — Ernesto "Che" Guevara é aprisionado, ferido pelos militares bolivianos e agentes da CIA, e, posteriormente, assassinado.

dezembro — Realiza-se na clandestinidade o VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Mário Alves, Miguel Batista, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e outros militantes e dirigentes são expulsos.

EM TEMPO 80 • 6 a 12 de Setembro de 1979

Israel:

De Auschwitz ao terrorismo de Estado

Como funcionam as prisões e campos de concentração israelenses para os palestinos e simpatizantes da sua causa. Depoimento de uma representante da OLP em Havana presa na Cisjordânia de 1969 a 1972.

Por Camilo Guerra

O tiro que a diplomacia de Israel disparou, conseguindo a demissão de Andrew Young do cargo de embaixador americano na ONU, saiu realmente pela culatra. Em primeiro lugar, deu origem a uma onda de opinião, nos EUA, favorável aos palestinos. Em segundo lugar, liberou Young, que se transformou agora em crítico do governo de Israel.

No dia 29 passado, falando ainda no Conselho de Segurança da ONU, Young criticou severamente os ataques israelenses ao sul do Líbano. Depois, em entrevista à revista francesa «Le Nouvel Observateur», declarou que Israel, com seus bombardeios ao Líbano, é «tão terrorista, quanto a OLP».

Esta afirmação, na verdade, além de confundir violências de natureza diferente, subestima a força israelense, muitas vezes superior à da OLP. Observadores da ONU, colocados no sul do Líbano, elaboraram um relatório onde dizem que somente no mês de agosto Israel e seus aliados direitistas libaneses utilizaram contra essa região um poder de fogo maior do que o da bomba que destruiu Hiroshima. E que não é verdade que o ataque foi dirigido contra alvos militares e combatentes: há vinte civis mortos para cada guerrilheiro palestino morto, e quatro civis feridos para cada guerrilheiro ferido. Quase 200 000 pessoas já fugiram da região.

Além da guerra no sul do Líbano começa também a ser despertado o interesse, na medida em que cresce a simpatia pela causa do povo palestino, em se entender a fundo o verdadeiro caráter da ocupação da Palestina pelo Estado de Israel. O terrorismo israelense na região ainda é muito pouco conhecido, como o demonstra a leitura do depoimento que publicamos a seguir.

E U ME CHAMO Randah Salem. Nasci na cidade de Nablus, na Cisjordânia. Atualmente trabalho na missão da OLP em Havana. Incorporei-me às filas da Revolução Palestina no ano de 1967, logo após a ocupação do resto da Palestina por Israel.

Fui detida pelos israelenses em princípios de 1969 quando tinha quase dezessete anos. No meu vigésimo aniversário as autoridades da ocupação sionista me expulsaram para a Jordânia.

Creio que eu talvez seja o melhor exemplo para refletir o grau de sofrimento dos militantes palestinos que vivem nos cárceres e campos de concentração sionistas. É que três anos de prisão não são nada comparados com os casos de outros militantes que já tem mais de 12 anos de cárcere ou de militantes que passarão o resto de suas vidas nos campos de concentração israelenses.

As torturas e as condenações

Atualmente, existem dezoito mil detidos nas prisões e campos de concentração israelenses dos quais três mil são mulheres e cinco mil são adolescentes. Seis mil são condenados à prisão perpétua e muitos deles à prisão perpétua dupla por terem mais de uma acusação. O restante, quase doze mil detidos, são presos administrativos. Esta é uma modalidade peculiar de prisioneiros das autoridades sionistas. A detenção nesses casos se realiza em função de uma suspeita qualquer. O detido não se apresenta diante de nenhum corte e a detenção se renova a cada seis meses consecutivos.

Mas em qualquer dos casos, a tortura começa desde os primeiros momentos da detenção. Em primeiro lugar, o detido é fotografado. Em seguida começa a tortura física: golpes de porrete, choques elétricos, unhas arrancadas, violações, tudo isso em geral com o preso suspenso por um único braço num suporte qualquer. Essas torturas são associadas também às torturas psicológicas como por exemplo no caso da companheira Rasmieh Oudeh que foi violada com o uso de um porrete na presença de seu pai. Eu pessoalmente fui obrigada a assistir a tortura de um companheiro atado a uma parede e agredido por um cão selvagem que o destruiu completamente.

A tortura se prolonga em geral muito tempo depois de concluídos os interrogatórios e investigações que quase sempre terminam com alguma confissão do acusado mesmo que não seja verdadeira. Depois vem a fase judicial que é muito formal. Os juizes não dão a menor importância para o fato de que os depoimentos tenham sido arrancados sob tortura. Recentemente um advogado israeli progressista que em geral faz a defesa de palestinos Vilicia Langer, publicou dois livros sobre a absoluta identidade dos casos de milhares de palestinos que foram condenados. (Este advogado enfrenta atualmente uma terrível perseguição dentro de Israel por suas posições progressistas e entre as inúmeras chatagens de que tem sido vítima consta inclusive o seqüestro de seu filho único).

A outra fase do processo é a condenação. Ela nunca é adequada à acusação e no mais das vezes não tem nada a ver com a denúncia. Por exemplo, o companheiro Hatem Chinnar, foi condenado por três vezes consecutivas à prisão perpétua, em seguida a mais 20 anos por outro denuncia posterior e outros 30 anos por outras duas denúncias... o que dá um total de difícil aferição.

As condições carcerárias

O governo israelense estuda atualmente a possibilidade da legalização da pena de morte. No entanto, apesar dela não existir oficialmente é comum que o militante palestino morra nas prisões e campos de concentração israelenses.

Quanto às visitas aos presos estas são também muito peculiares. Elas são permitidas para apenas dois familiares mais íntimos durante meia hora mensal. É proibida a entrada tanto de alimentos como de livros e de materiais de necessidade. Qualquer protesto dos prisioneiros para a melhoria das condições carcerárias é brinado com a solitária onde o preso passa apenas a pão e água.

A atenção médica é muito precária e insuficiente. É muito comum que o detido, ao sair de prisão tenha mais de uma enfermidade quando não fica louco em função das inúmeras torturas recebidas. Os exemplos, neste caso, são inúmeros. A Comissão de Direitos Humanos da ONU e a Cruz Vermelha Internacional tem em mãos para quem quiser consultar vários documentos que relatam os inúmeros casos da repressão israelense que elas conseguiram apurar.

Eu mesma tenho minha experiência com a Cruz Vermelha. As autoridades sionistas impediram minha entrevista com os representantes daquela instituição até que todas as marcas de torturas tivessem desaparecido. E no dia da visita prevista, sob o pretexto de visita ao médico, nos levaram a mim e a mais seis companheiras para fora da prisão de Nablus em um carro blindado. Na verdade as autoridades não queriam que a Cruz Vermelha nos visse e assim foi.

Depois de ficarmos estacionadas fora da cidade retornamos à prisão no fim da tarde depois que a visita da Cruz Vermelha havia terminado. É que as marcas de torturas não haviam desaparecido totalmente.

Estes são alguns aspectos e formas da «democracia» e da «civilização» do Estado de Israel. Outros aspectos não são fáceis de serem imaginados em pleno século XX. Basta registrar por exemplo que de 1967 a 1971 Israel destruiu 1650 casas sob o pretexto de que elas abrigavam suspeitos de pertencerem a OLP ou de serem contra a ocupação.

A grande derrota de 1948

Podemos afirmar que a Revolução Palestina começou desde que o povo palestino se conscientizou sobre o perigo que representava o êxodo sionista para aquela região, desde o início do século.

O projeto de Belter que consistia na criação de um Estado Nacional para os judeus na Palestina causou uma verdadeira indignação entre os árabes. Mas naquele tempo os sionistas estavam muito bem respaldados pelos colonialistas britânicos: recebiam armas, obtinham facilidades para refugiar-se na região, obtinham terras fiscalizadas pelas autoridades britânicas.

Nossos camponeses desarmados foram esmagados pelos colonialistas. Mas apesar da política repressiva levantaram-se em armas na famosa rebelião Ez Eldin El Kassam em 1922. Algum tempo depois, em 1938 foi realizada uma greve geral em nosso país que durou mais de seis meses.

Mas diante da superioridade armada dos sionistas a grande derrota de 1948 era inevitável. O resto do nosso povo foi expulso, a Palestina foi dividida e o Estado de Israel foi proclamado. Nosso povo foi obrigado a refugiar-se em outros países árabes e nesses países incorporaram-se aos partidos políticos árabes até o momento em que começou a Revolução Palestina Organizada e Armada em 1965. Depois da ocupação do resto do território palestino em 1967 a Revolução Palestina se generalizou tanto política como organicamente.

Nada temos contra os judeus

Enfrentar a ocupação é um direito legítimo dos povos e das nações. E quero deixar mais uma vez claro um ponto que sempre temos afirmado e que os sionistas e os imperialistas, utilizando o poderio propagandístico que possuem sempre afirmam o contrário. Nós não somos contra os judeus nem contra o judaísmo como religião. Nós somos anti-sionistas e lutamos contra o sionismo enquanto movimento fascista, racista e expansionista. Lutamos contra o que o sionismo e o imperialismo representam na região e contra o Estado de Israel como instrumento repressivo de nosso povo na Palestina, e como instrumento repressivo dos povos árabes e do Oriente Médio que lutam por sua libertação e emancipação.

Por isso a luta armada é um direito legítimo dos palestinos e temos que intensificá-la apesar de todas as dificuldades e obstáculos que os sionistas e os reacionários árabes representam para nós. Já está demonstrado que a luta armada é o nosso meio fundamental de luta diante da violência armada dos sionistas e imperialista. Isto não quer dizer que ignoramos a importância das conquistas políticas que temos realizado. Somos um membro pleno da Liga Árabe, um membro pleno do Movimento dos Países não Alinhados, um membro observador na ONU e na OUA e temos o apoio da Comunidade Socialista e de todos os progressistas do mundo. Temos 85 escritórios e missões políticas em todos o mundo, algumas inclusive a nível diplomático.

Assim, seguimos a luta armada como um caminho para a Libertação e autodeterminação do povo palestino sem abandonar nossas conquistas no plano político. A OLP exige apenas os seus direitos: A total retirada dos territórios árabes ocupados por Israel, inclusive de Jerusalém, a cidade árabe de Jerusalém, o direito de nosso povo de retornar a seu território e seu direito de autodeterminação com a consequente criação de nosso Estado independente.



A busca policial de suspeitos na Palestina: cena quotidiana.

VIRAMUNDO



Peru Mais de três meses de greves

Cerca de 30 dirigentes de partidos da esquerda peruana, em grande parte deputados da Assembléia Constituinte que encerrou recentemente suas atividades, começaram uma greve de fome em apoio às reivindicações dos 100.000 professores em greve desde o dia 4 de junho. Poucos antecedentes existem na história do movimento sindical peruano de uma greve com uma duração tão longa.

O governo tem-se negado a discutir com os grevistas alegando os argumentos mais pueris. O Ministro da Educação declarou que conversar com o SUTEP (Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação) significaria reconhecer a ideologia marxista de seus dirigentes. A atitude do governo militar tem sido de desenvolver a repressão, que já provocou a morte de várias pessoas (professores, alunos e pais que participavam de atos de protesto). Os principais dirigentes do SUTEP estão presos há mais de cinco meses. O número de professores presos supera 300, e o de demissões em razão da greve ultrapassa 4.000. Há ainda um grande número de feridos.

O governo tem recusado também as propostas de mediadores feitas pelos professores, como o Cardeal Juan Landazuri. O SUTEP chegou a se dirigir ao Papa, sem que isto tenha produzido resultados.

Por outro lado, a greve de fome mencionada não é a primeira manifestação de solidariedade recebida pelos professores de outros setores populares: é esta solidariedade ativa (EM TEMPO, n.º 79) que tem dado ao movimento uma importância excepcional. (M. Manrique, de Lima)

China Avança a desmaioização

A atual direção chinesa não reconhece mais que a luta de classes continua após a vitória da Revolução e o início da construção do socialismo. Esse princípio era um dos pilares do maoísmo, e a principal justificativa da Grande Revolução Cultural Proletária na sua luta anti-burocrática, a atual posição de Hua, Teng e Cia. (salvo dissensões internas não conhecidas dos estrangeiros) prepara o terreno para evitar críticas maiores à maré montante de burocratização. Depois desta operação teórica a luta entre interesses sociais divergentes esvazia-se de seu conteúdo político, pode ser enxergada como simples questão técnica. Lutar contra a burocracia passa a ser lutar contra a ineficiência, contra a papelada. (R. Grum)



Não-alinhados Fidel na ofensiva

Os EUA não pouparam esforços para desencadear uma verdadeira guerra propagandística e diplomática para neutralizar a ofensiva cubana no sentido de dar um conteúdo anti-imperialista concreto ao movimento dos não-alinhados. E para tal, tomaram como ponto vulnerável a questão do alinhamento cubano com a URSS. Mas avaliaram mal.

O discurso de Fidel na abertura da Conferência no último dia 3 foi de extrema violência contra a política imperialista: solidariedade com os sandinistas e denúncia da ditadura na Guatemala; solidariedade com os palestinos e denúncia da política egípcia; solidariedade com os movimentos de libertação sul-africanos, e um ataque frontal à direção chinesa. Ao mesmo tempo, deixou explícito que não quer levar para os não-alinhados suas próprias opções de alinhamento ideológico. A flexibilidade nesse aspecto lhe permitiu passar à ofensiva nos demais. (Eder Sader)

Irã Primeiro-ministro cansado

O primeiro-ministro do Irã, Mehdi Bazargan, cansado de ter sua autoridade desmoralizada, e cansado de receber críticas do aiatolá Khomeini e de outros religiosos radicais por sua falta de firmeza, resolveu se demitir. Sugeriu que o próprio Khomeini assumia o governo. "Se matar, espancar e destruir é ser revolucionário, então não sou revolucionário", lamentou-se. Na verdade, sua preocupação era se desresponsabilizar pelos rumos que as coisas estão tomando.

Khomeini, por outro lado, não quis nem responder ao pedido de Bazargan. Toda a sua preocupação está em enfrentar a resistência dos curdos. Insatisfeito com suas tropas, ameaçou: "se o inimigo não for esmagado logo, irei pessoalmente ao Curdistão". (J. Machado)



A mulher e os médicos

Ao Em Tempo,

Quando a gente quer um emprego numa fábrica, enfrenta entre testes e fichas, um exame médico.

No caso das mulheres, em geral são feitas perguntas desrespeitosas sobre menstruação e possível gravidez. Estas perguntas dão mal-estar, mas não foi mal-estar o que eu e muitas colegas sentimos na Sony, uma firma de aparelhos de som que fica na Barra Funda.

O que a gente sentiu foi humilhação raiva, indignação. Lá, tem um exame muito estranho. O médico Gláucio Gonçalves Bezerra (não ponho doutor na frente deste nome que não respeita nem sua profissão) não examina um ponto essencial para quem vai trabalhar de pé quase o dia inteiro, isto é, as varizes. Claro, não dá pra ele ver as pernas, que são a única parte do corpo da gente que fica coberta. A gente tem que ficar quase nua, abaixando as calças abaixo da xoxota e tirando blusa e soutien. Em nenhuma firma que fiz exame médico, tive que tirar calcinha e soutien e muito menos me submeter às apalpadelas em todo corpo e gracinhas espirituosas. Já não basta tudo que a gente aguenta, ainda tem que enfrentar isto?

(N.G.S., Osasco)

A anistia e o socialismo

COMPANHEIROS

Torna-se importante, mais do que nunca, num momento como este, a nossa união em torno da mesma luta, já que estamos todos "no mesmo Barco", todos nós, brasileiros, atingidos por esse regime que vem nos massacrando há 15 anos. (...)

Venho aqui me manifestar, em nome de minha família, uma a mais das tantas famílias atingidas pela repressão em nosso país: no ano de 1972, 29 de março, aqui no R.J., bairro de Quintino, meu irmão de apenas 22 anos ANTONIO MARCOS PINTO DE OLIVEIRA, foi assassinado por agentes do

DOI/CODI (P.E.). Naquela ocasião, ele combatia a ditadura de armas na mão, sim: era militante da VAR-PALMARES. Mas isso porque, como bem afirmam os presos políticos em greve de fome num documento ao povo brasileiro, apresentava-se então o seguinte quadro: a ordem constitucional tinha sido roubada pelas armas, todos os canais de expressão política tinham sido fechados, e o país vivia um clima de opressão, terror e censura.

Apenas 1 mês após o assassinato de meu irmão, agentes também do DOI/CODI levaram-me encapuzada para a P.E., e me subjugaram a vários tipos de tortura (física e psicológica), a ponto de ter sido internada em estado de semi-coma no Hospital Central do Exército.

Para finalizar, apresento aqui minha solidariedade a todos aqueles setores que hoje se manifestam e protestam e lutam contra essa opressão que nos abate há 15 anos.

Que toda a oposição popular se mobilize para lutar até a vitória da ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, para daí prosseguirmos caminhando, rumo à conquista de um Brasil Socialista!

(Maria de Fátima Oliveira Setúbal, Rio de Janeiro)

O leite e os médicos

Prezado editor,

Li na coluna Gerais desse corajoso semanário, sob o título "A alegria da inflação", uma matéria de autoria de O.F., afirmando que se iria tirar mais 33% da gordura do leite, o que daria mais lucro para os industriais e os médicos que tratariam dos filhos subnutridos dos operários.

Eu quero lembrar que uma parcela reduzida da população brasileira tem condições de pagar uma consulta (particular) e entre eles, os industriais — cujos filhos não são subnutridos. Quanto a outra parcela da população — a maior — vive de salários mínguaos e por conseguinte, não podem pagar con-

sulta (particular), tendo que procurar a assistência social.

Eu quero colocar o seguinte: os médicos não podem lucrar, tratando dos filhos dos operários, desde quando o preço de uma consulta médica paga pela assistência social é irrisório; se comparado com a particular. Disso se depreende que a nutrição não é fonte de lucro para a classe médica.

Eu espero ter contribuído para que esse combativo e patriótico jornal continue a ser lúcido e refletir a verdade.

(Jairo Gontijo, Itabuna)

ANISTIA

O Centro Cultural de Vila Santa Catarina realizará no próximo dia 08 de Setembro às 19,30 horas um debate sobre a Anistia que contará com a presença de Líderes Operários, Movimento Contra a Carestia, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, Comissão de Ex-Presos Políticos e Representante do CBA — São Paulo

Rua Panamá, 663 - Vila Sta. Catarina,

Olhai a

LIVRARIA ZAPATA n.º2

Inauguração dia 14 de setembro a partir das 19:00 horas

Rua Dr. Homem de Mello, 446 Perdizes — Fone: 864-0077

Assine EM TEMPO e receba Liberdades Democráticas em casa toda semana

Nome _____

Profissão _____

Endereço _____ Bairro _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Desejo uma assinatura:

ANUAL Cr\$ 600,00

ANUAL US\$ 90,00

SEMESTRAL Cr\$ 350,00

SEMESTRAL US\$ 50,00

Estou enviando o cheque n.º _____ do Banco _____

em nome da Editora Aparte S/A.

Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo — Fone: 853-6680

Rua Bernardo Guimarães, 1884

Lourdes — Belo Horizonte — MG — CEP 30.000

APROVEITE PROMOÇÃO ESPECIAL POR POUCOS DIAS

Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP.05415 - Telefones: 2084.754 e 85.6680

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:

Eder Sader (presidente) Aloísio Marques, Antônio Helder, Antônio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte, (suplentes: Luci Ayala, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes).

DIRETORIA: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR-CHEFE: Carlos Tibúrcio

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO: Robinson Ayres.

DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

REDAÇÃO: F. Pereira, Antonina Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Alli, Fátima Oliveira, Maria Cândida, Relton Fracalossi, Eden Sader, Marco Aurélio Garcia, Tom Duarte, Guido Mantega, Vilmá Amaro, João Machado, Olga Maria, Elisabeth Lobo, Roberto Grim, Virgínia Pinheiro, Felizer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Flávio Aguiar.

ARTE, DIAGRAMAÇÃO E SECRETARIA GRÁFICA: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papp, Ilustração: Stan, Martinez, Cadinho, Cláudio

do Natal, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D. Fotos: Jesus Carlos, Emílio Brauns Filho, Revisão: Washington Magalhães.

SUCURSALIS: Belo Horizonte: (R. Bernardo Guimarães, 1884 — Tel.: 335.7773) Alberto Duarte, Ezequiel Passos, Fernando Miranda, Lício Santos, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asparuh, Juarez Guimarães, Sandra Aguilho, João Batista, Marisa Araújo, Amarildo. Porto Alegre: (Av. Oswaldo Aranha, 1407 — Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avellino, Gerson Schmezer, Sosa, Aldo Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Luci Ayala, Raul Pont. Rio de Janeiro:

(Praça de Botafogo 316, Sala 209) Beatriz Lerner, Paulo Cavalcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Valmir Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Marcela Beraba, Salvador. (Av. Joana Angélica, n.º 8 — 1.º andar — Sala 14) Adelson Oliveira, João Henrique, Antônio Jorge, Antônio Dias, Antônio Helder, Euclides José, Dalton Godinho, Lina Maria.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo Guimarães, 1884 — Lourdes, Belo Horizonte — Telefone: 35.7773. Distribuidora: Superbancas Ltda. R. U. Beldino do Amaral, 42 RJ. Composição e Impressão: Imprensa Jornalística AIA Ltda, Av. Liberdade, 714, São Paulo — SP — Fone: 278.0000

